



cl-h
RP
L.S.
Yor
frap
Quero

Relatório e Contas 2013



Teatro Circo de Braga, EM, SA

Relatório do Conselho de Administração 2013

Dando cumprimento ao estipulado na Lei e nos Estatutos, apresentamos, em nome do Teatro Circo de Braga, EM, SA, com sede na Avenida da Liberdade, 697, nesta cidade, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de Braga com o nº 500463964 e com o capital social nominal de 500.000€, o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao ano de 2013.

I. ENQUADRAMENTO E RESUMO DA ACTIVIDADE

O Relatório de Gestão que aqui se apresenta corresponde ao segundo ano do contrato-programa estabelecido com o Município de Braga para o biénio 2012/2013, e concluiu um ciclo de gestão e programação, com a substituição do Conselho de Administração em Dezembro de 2013.

O presente relatório tem como referência os objectivos estratégicos aprovados para este período e que se reflectiram nos respectivos Orçamento e Instrumentos de Gestão Previsionais, cujo cumprimento se pretende aferir e apreciar.

Estes objectivos, que a seguir se enunciam, partiram de três linhas mestras definidas na sequência da análise da envolvente política, financeira e social que condiciona a actividade do Teatro Circo, a saber:

1. A Realidade Cultural Portuguesa

Como é referido no contrato-programa, numa análise prospectiva da evolução do sector cultural verificou-se a existência de um quadro de diminuição da responsabilidade dos Governos na definição de políticas de Cultura e uma redução crescente no seu envolvimento no financiamento das actividades culturais. Este quadro resulta, por um lado, na acentuada desestruturação do sector, com o consequente aumento do desemprego e inconstância da produção artística nacional, bem como em dificuldades acrescidas de financiamento e gestão da rede de equipamentos no país.

Por outro lado, implica um aumento da importância e responsabilização das Autarquias nas políticas Culturais como factor inestimável para o crescimento sustentado, a coesão social das cidades e o sentimento de pertença por parte dos cidadãos.

2. A Crise que o país atravessa

O difícil enquadramento socio-económico português, decorrente da forte recessão que afectou a economia nos últimos anos, teve um impacto considerável na diminuição do nível de vida da população, que viu os seus rendimentos limitados pelas medidas de austeridade impostas.

Esta realidade exigiria que a disponibilização de actividades culturais junto da população tivesse que ser efectuada em condições mais favoráveis à sua fruição e financeiramente mais apelativas

para fazer face às restrições enunciadas, exigindo um maior suporte do Estado. O que é facto é que, pelo contrário, e como consequência dessas mesmas medidas de austeridade, registou-se ainda uma redução drástica dos gastos em diversos sectores e em particular no da Cultura, o que originou um retrocesso no investimento na área cultural.

3. O Contributo para uma política de Cidade

Como indicado no Plano de Actividades, a resposta ao quadro traçado nos dois pontos anteriores conduzirá, obrigatoriamente, à reflexão sobre novas estratégias regionais, por parte das Autarquias, agentes e gestores culturais, com o objectivo de encetar programas regionais de criação, promoção e programação em rede, onde a complementaridade e a optimização de recursos financeiros e humanos justifiquem e ultrapassem pequenos impedimentos de cariz local e avancem para a promoção e qualificação do território de modo mais sustentado.

Urge, pois, um olhar mais objectivo sobre a ideia de território, no que ao processo cultural diz respeito. É urgente a implementação de políticas de Cultura e estratégias de desenvolvimento sustentado nesta área, que possibilitem, num quadro mais alargado, de responsabilidade e competências, dominar uma outra ideia de território, já iniciada nalguns projectos, como é o caso do Quadrilátero Cultural.

Mas, no caso de Braga, olhar para este Quadrilátero não impede, antes acentua, a necessidade de ver a Cidade. Pensá-la e reflecti-la através de políticas sociais e de cultura, de hábitos de cidadania, que potenciem a qualidade de vida e seu contributo na região. É uma tarefa da Cidade e dos seus *players* (universidades, centros de conhecimento, instituições várias, pessoas).

O Teatro Circo propôs-se responder às três linhas mestras atrás indicadas através de três objectivos concretos:

1. À realidade cultural (regional e nacional), contrapondo uma atitude ainda mais afirmativa quanto à criação e programação nacionais. Valorizando a criação e os artistas nacionais. Contribuindo para a sua dinamização e reconhecimento, através da contaminação cultural com a Lusofonia e a Europa. Assumindo-se, na justa proporção da sua responsabilidade, como Lugar de Diversidade Cultural.
2. À crise, responder com mais imaginação, determinação e prazer. Com mais agilidade e participação das equipas que aqui trabalham. Procurando abrir todas as janelas de oportunidade que esta mesma crise proporá, seja quanto às oportunidades de programação, seja quanto à procura de financiamentos às actividades.
3. Assumindo através da sua programação o papel que lhe caberá naturalmente na discussão da Cidade que todos ambicionam.

Foi neste contexto e na presunção do recrudescimento da crise que se veio a verificar durante o ano de 2013, que o Teatro Circo desenvolveu a sua actividade, sob o lema:

***Braga, uma cidade da Europa:
Formação de Públicos e Diversidade Cultural.
Ganhar a Cidade!***

Para uma cabal compreensão da realidade da Empresa e uma melhor análise e interpretação dos seus resultados efectua-se de seguida um enquadramento geral deste exercício sobre o que foi a actividade nos vários sectores, a realidade envolvente e os constrangimentos diversos que continuam a obstaculizar a produção artística e cultural e, por consequência, a gestão do Teatro Circo.

Deste modo, e na sequência do já observado em 2012, assistiu-se a uma degradação do ambiente económico-social, sem que a mesma fosse acompanhada pela adopção de medidas de política cultural que ajudassem a alavancar o sector, verificando-se uma maior restrição no financiamento à criação e programação artística a nível nacional, em conjunto com um decréscimo nos públicos em resultado das crescentes dificuldades económicas das famílias e da necessidade de uma maior selectividade nas suas escolhas.

Assim, os efeitos da recessão fizeram-se sentir sobretudo ao nível dos públicos, que em 2013 registaram um decréscimo de 5% face ao ano anterior, não obstante a aposta na diversificação da programação, com um maior número de espectáculos de música, e um aumento do número de actividades desenvolvidas (mais 3% em relação a 2012).

Este acréscimo de actividades resultou sobretudo do aumento de sessões de formação de públicos, com um crescimento de 50% face a 2012, com a introdução de dois novos ciclos de formação, um na área da dança – Forma – e outro dirigido ao público infantil - Infanta.

Já no número de espectáculos, este manteve-se nas 189 sessões à semelhança do ano anterior, embora com uma maior aposta na área da musica, que em 2013 representou cerca de 43% dos espectáculos, enquanto que nos dois anos imediatamente anteriores apenas representava cerca de 30% da programação cultural. Importa realçar que esta é a área artística com maior percentagem de público, cerca de 53% da totalidade dos espectadores do presente ano.

No que concerne ao cinema, foram realizadas 42 sessões em 2013, menos 9 dias de projecção que o ano transacto, registando-se igualmente um decréscimo, ainda que ligeiro, no número médio de espectadores, que rondou as 63 pessoas por sessão.

Numa análise ao nível da receita, observou-se uma ligeira recuperação relativamente a 2012, continuando, contudo a situar-se em níveis bastantes inferiores aos registados no triénio 2009-2011, fruto, por um lado, da subida da taxa do IVA para 13% que o Conselho de Administração entendeu não fazer reflectir no aumento dos preços dos bilhetes (reduzindo assim os seus proveitos), bem como do facto de se ter realizado um maior número de eventos de programação no âmbito dos projectos em rede financiados por fundos comunitários. Estes projectos obrigam a uma contenção da receita auferida no

limite dos 30% dos custos com a respectiva produção, pressupondo uma redução significativa dos preços dos bilhetes nestes eventos.

Por outro lado, foram também os projectos co-financiados que permitiram ao Teatro apresentar um conjunto de produções com um orçamento mais elevado, o que resultou, sobretudo por esta via, num acréscimo de custos de programação na ordem dos 40% em relação a 2012, atingindo os 551 mil euros.

Não obstante, em 2013 e pelo quinto ano consecutivo, o Teatro apresentou resultados líquidos positivos, o que lhe permitiu este ano anular completamente os resultados negativos transitados e que vinham a ser progressivamente reduzidos desde 2009.

Este resultado líquido, que ascendeu a 191.612,39 euros, resulta de uma política de contenção de despesas, da opção estratégica no equilíbrio entre sustentação financeira do projecto e a qualidade dos serviços prestados à Comunidade. Importa contudo referir que esta política de contenção passou também por uma forte redução dos recursos humanos do Teatro, condicionando significativamente algumas das áreas estratégicas da empresa.

A análise mais detalhada destes números é apresentada adiante, no capítulo III - Situação Económico-Financeira, para a leitura do qual importa ter em consideração uma importante alteração na política contabilística ocorrida em 2013 e que veio, também, a reflectir-se nos dois anos anteriores (cfr. Notas 2.3 e 5 do Anexo). Esta alteração decorre de uma avaliação rigorosa e detalhada das contas, efectuada na sequência da publicação da Lei n.º 50/2012 e da análise comparativa da classificação de despesas efectuada por várias outras instituições culturais, tendo-se verificado que estariam a ser considerados no âmbito dos subsídios à exploração um conjunto de rendimentos que se entende que configuram, no seu conteúdo e forma, e à luz do Sistema de Normalização Contabilística, prestações de serviço.

Estas operações, realizadas com o município, eram em tudo idênticas aos alugueres de espaço e disponibilização de serviços técnicos que o Teatro efectua com outras entidades terceiras e que inclui nas suas prestações de serviço, sendo que o seu registo contabilístico não é indiferente, quer em termos fiscais, quer, sobretudo, para a avaliação da sua saúde financeira e viabilidade económica, já tão bem demonstrada pelos resultados obtidos ao longo dos últimos anos.

Esta alteração de política contabilística, incorporada desde logo no orçamento e instrumentos de gestão previsional para 2014, traduz, no entendimento deste Conselho de Administração, uma imagem mais precisa da actividade da empresa e dos seus resultados e impactos, permitindo verificar que o Teatro Circo de Braga cumpre, como seria de esperar, todos os critérios legalmente exigidos para o desenvolvimento da sua missão nos anos vindouros.

Face ao exposto, e em complemento ao referido anteriormente, é efectuada de seguida uma breve abordagem sobre as várias áreas de actuação da empresa.

➤ Programação

Em 2013, foi dada continuidade ao modelo de programação existente, mais organizado e planeado, trabalhando sobretudo no sentido da diversificação de conteúdos, espelhada nomeadamente pelo incremento do peso da área da Música na programação cultural. Este crescimento ocorreu por contrapartida da diminuição relativa do peso do Teatro (que passou de 63,5% para 53,4%) e de um ligeiro decréscimo na área da Dança (menos 1,1 p.p. que em 2012).

Numa outra perspectiva, olhando para a origem dos projectos ou artistas, privilegiou-se a criação nacional, com 88% dos espectáculos apresentados por companhias/artistas portugueses, seguindo-se os espectáculos da lusofonia, representando 4% da totalidade dos eventos. Neste sentido, manteve-se a tendência de redução dos eventos/criações estrangeiras, que têm diminuído a sua representatividade na programação desde 2010, passando de 16% para 8%.

Relativamente à valência de Cinema, observou-se uma quebra de 17% no número de sessões realizadas no último ano, à qual correspondeu uma redução do público ainda mais acentuada (-25% face a 2012). Este facto prende-se também com a aposta em cinematografias emergentes e em cinema de autor, que respondendo a um desígnio de apresentação de uma programação cuidada, complementar à oferta comercial, preocupada com a cultura cinéfila, se depara também com uma maior resistência e dificuldade de sensibilização de novos públicos.

A “sensibilização” dos públicos da Cidade é, por seu lado, uma das linhas de acção principais do Teatro Circo, que tem procurado conjugar mais a programação com a Formação de Públicos através de acções envolventes, dando especial ênfase à criação nacional, apostando mais nas parcerias e na diversidade cultural. Integrando neste campo o vector internacional, o ênfase é dado à Europa, à Lusofonia e à Galiza, através de uma programação mais estratégica e em parceria com estruturas e entidades da CPLP e Galiza.

Nesta área, como na produção de alguns espectáculos mais complexos, continuou a apostar-se numa forte e racional sustentação financeira do projecto, garantida sobretudo pelas candidaturas apresentadas e financiadas nesta área no âmbito do QREN. Pela sua importância no financiamento da programação, apresenta-se de seguida um breve resumo sobre a situação destas candidaturas:

1. **Acto 5**, projecto nacional de programação e criação em rede. Tem como outros parceiros o Teatro de Almada, o Teatro Constantino Nery de Matosinhos e o Teatro Aveirense. Este primeiro projecto terminou durante o ano de 2011, tendo estes parceiros apresentado uma outra candidatura para o triénio 2011/2013, em plena execução;
2. **Quadrilátero Cultural**, projecto regional em rede (2011/2013) virado para os equipamentos, que tem como outros parceiros o C.C. Vila Flor, a Casa das Artes de Famalicão e o Teatro Gil Vicente de Barcelos;
3. **Culturbe**, projecto nacional de programação e criação em rede (2010/2013) em parceria com o Teatro da Cerca de São Bernardo, de Coimbra e o Teatro Garcia de Resende, de Évora;

4. **Musa**, projecto de programação no feminino, (2009/2012) no âmbito das parcerias para a Regeneração Urbana, entretanto já concluído em termos de execução física;
5. **Quadrilátero Urbano**, projecto regional de programação em rede (2010/2012), em parceria com o C. C. Vila Flor e a Casa das Artes de Famalicão, já encerrado;
6. O Teatro Circo é ainda parceiro estratégico no **projecto bragaCult**, da responsabilidade da CTB, na área de formação de públicos.

O Teatro Circo aprofundou também a integração, numa perspectiva de Cidade, de áreas de programação da própria autarquia e de outras estruturas de criação da cidade, desde logo com a Fundação Bracara Augusta – entidade que geriu a Capital Europeia da Juventude (CEJ) 2012, com o Pelouro da Cultura e outros Pelouros do Município e ainda com Arte Total, Escola Gulbenkian, Escola de Música do Carandá, vários organismos da Associação Académica da U.M., Encontros da Imagem, Velha-a-Branca (*Fast Forward Film Festival*), etc. Integrou ainda a criação e programação da Companhia de Teatro de Braga (CTB), estrutura residente, e do mesmo modo outras criações e/ou eventos de estruturas nacionais e estrangeiras em parceria. O mesmo sucedeu no âmbito do QREN, com os projectos de programação e criação em parceria.

➤ **Formação de Públicos**

Manteve-se nesta área a dinâmica iniciada em anos anteriores, aproveitando as potencialidades que os projectos financiados no âmbito do QREN possibilitam, apostando mais na formação de públicos, integrando esta área de modo mais articulado com os espectáculos, os artistas/outras eventos da programação.

Aprofundou-se a realização de acções regulares junto de públicos mais jovens e de outros, através de oficinas, conversas e debates entre os públicos e os artistas, programação de espectáculos inseridos nos programas escolares, e ainda programação de acesso considerado mais difícil por parte desses mesmos públicos (áreas de criação mais transversais e pluridisciplinares ou mais experimentais, como a dança, por exemplo), num total de 35 sessões para 1303 participantes.

Foi ainda reforçada a programação para as crianças em idade pré-escolar, com duas novas acções iniciadas em 2013 integradas no projecto “Infanta”, nomeadamente: Música para uma Plateia de Palmo e Meio e Dança com Bebés. Estas duas actividades, num total de 19 sessões (54% das acções de formação desenvolvidas), contaram com 693 participantes.

A programação de acções em áreas como o cinema, o vídeo, o teatro e a escrita, a leitura e áreas de aprendizagem mais técnica, iniciaram-se através de oficinas, numa relação estreita com a CTB, através do **projecto bragaCult**, integrando um projecto mais vasto de parcerias para a Regeneração Urbana. Os resultados apresentados de modo detalhado mais à frente são exemplo do que aqui se afirma e da sua importância futura, tendo em consideração os objectivos de partida.

Para o Teatro Circo, fruto de um aturado trabalho na busca de diversificação de financiamentos à sua actividade, conseguiu-se, apesar da crise, condições de sustentabilidade que permitiram à Programação e Formação de Públicos estimular imagéticas e curiosidades, despoletar novas vontades criativas e de experimentação, melhores hábitos de ver e de crítica. Valores essenciais para a durabilidade de um projecto e para a criação de Identidade. As alterações funcionais nesta área e parte dos seus custos estão agora sustentados através das candidaturas já referidas, sobretudo pelo projecto para a Regeneração Urbana, numa parceria Autarquia/Teatro Circo/CTB, e pelo projecto MUSA.

➤ Comunicação

Tendo por objectivo a optimização da divulgação dos espectáculos e actividades desenvolvidas e uma maior acessibilidade da informação junto dos diversos segmentos de público, o Teatro Circo colocou em prática, desde 2012, uma estratégia de comunicação de abrangência local e nacional, apostando mais na promoção própria e directa. Neste sentido, foram reforçados os meios (números de placards nas ruas da cidade), redes sociais e contactos directos, em detrimento dos custos de publicidade, tendo-se reduzido os anúncios nos jornais locais e recorrido com maior contenção à publicidade na rádio.

Esta opção permitiu a redução de custos de promoção e divulgação, mantendo uma aposta na comunicação com a comunidade local. Contudo, é importante salientar que se se pretende que o Teatro reforce o seu posicionamento estratégico como equipamento de referência regional e mesmo nacional, a política de publicidade e relacionamento com os *media* nacionais terá também que ser objecto de uma análise cuidada e, muito provavelmente, de um ajustamento da estratégia adoptada.

Em termos de materiais gráficos, manteve-se a regular produção da agenda de programação com periodicidade trimestral ou quadrimestral, mupis, cartazes e flyers promocionais de eventos específicos, e desdobrável mensal destinado à divulgação da programação de cinema. A distribuição destes materiais foi efectuada periodicamente, primeiro num âmbito local (estabelecimentos de ensino, serviços públicos, espaços culturais e comerciais de Braga) mas também nacional (envio por via postal para outros espaços de produção e acolhimento de eventos culturais). A habitual distribuição de mupis pela região Norte foi complementada com a distribuição em suportes estrategicamente colocados em locais de considerável circulação pedonal de Braga. No final de 2013 foi efectuada uma renovação na linha gráfica do Teatro, que se pretende que seja adoptada de forma transversal em todos os materiais e plataformas de comunicação, processo que irá decorrer progressivamente ao longo de 2014.

De alcance universal, promotores de interactividade e capazes de acolher todo o género de informação, os suportes *on-line* – site, serviço de envio de *newsletters*, página oficial de Facebook e de Twitter – continuam a constituir uma importante componente da estratégia de comunicação do Teatro Circo. A sua actualização constante é um factor crucial para a efectividade da sua função e garante dos impactos pretendidos, necessitando de uma grande dedicação a estas plataformas, razão pela qual foi aberto um estágio nesta área já no final de 2013. Pretendeu-se assim iniciar uma estratégia de reforço destes meios que passará, para além da alocação de recursos específicos para a sua gestão, pela adequação da sua imagem à nova linha gráfica do teatro e pela produção de conteúdos diferenciados para os diferentes públicos do Teatro.

➤ Equipamento

Tal como observado em 2012, neste exercício os custos de manutenção do edifício e a necessidade de aquisição e manutenção de equipamentos técnicos foram controlados ¹. Contudo, considerando os anos já decorridos sobre a reabertura do Teatro será necessário proceder a breve trecho a obras de manutenção do edifício. Algumas questões estruturais começam a tornar-se prementes, como a reparação do telhado e de vários equipamentos instalados, a necessidade de isolamento dos espaços de trabalho da equipa técnica e a manutenção dos equipamentos de som e luz, entre outras.

Também o investimento na redução dos custos energéticos com o edifício será uma prioridade a discutir com o accionista único para os próximos anos de actividade, desde a optimização da utilização dos recursos e implementação de rotinas e permitam uma maior eficiência, até à substituição de equipamento e iluminação por soluções de baixo consumo.

Para este efeito a gestão irá também procurar opções de financiamento alternativas, tais como o financiamento comunitário e o mecenato.

➤ Recursos Humanos

Na sequência do efectuado em anos anteriores, o Teatro Circo deu continuidade a uma estratégia de racionalização dos seus recursos humanos, no âmbito de uma política geral de contenção de despesas. Em 2013 esta estratégia não se reflecte numa redução efectiva dos gastos com o pessoal visto que durante o presente ano foram repostos os subsídios suspensos em 2012.

Também no final deste ano se deu início ao processo de cedência de interesse público de 4 funcionários da Câmara Municipal de Braga que já há alguns anos trabalhavam para o Teatro, sendo recursos humanos com grande experiência e valor nas funções desempenhadas na actividade da empresa. Estes funcionários estavam até à data em regime de destacamento, sendo os seus custos suportados pelo Município. A regularização desta colaboração à luz do actual enquadramento legal implicará um aumento de gastos para o Teatro em 2014 de cerca de 60 mil euros.

Adicionalmente à oficialização das cedências acima referidas, durante 2014 será efectuado um diagnóstico das necessidades de cada departamento do Teatro, quer em termos de recursos humanos, quer ao nível da sua formação. Relativamente a esta última valência, foi ainda apresentada em 2013 uma proposta de trabalhos e plano de acção a implementar ao longo de 2014.

¹ Ver ponto IV – Investimentos.

II. RESULTADOS DA ACTIVIDADE

a) NÚMEROS GLOBAIS: ACTIVIDADES E PÚBLICOS

Em 2013 realizaram-se no Teatro Circo um conjunto de **308 actividades** - *espectáculos, sessões de cinema, acções de formação de públicos, outros eventos e visitas guiadas* - para um **público total de 62.312 pessoas**.

Numa análise mais detalhada, foram apresentados **189 espectáculos** (81 de Música, 101 de Teatro e 7 de Dança) e **42 sessões de cinema**, para um total de **54.690 espectadores**. Realizaram-se ainda **35 acções de formação de públicos** (31 oficinas e 4 actividades envolventes) com um total de **1303 participantes**; e **19 outros eventos** (conferências, apresentações, encontros e instalações), com uma afluência aproximada de **6.017 pessoas**.

Para além disso, o Teatro Circo organizou ainda **23 visitas guiadas** para um total de **302 pessoas**, devidamente integradas e acompanhadas no âmbito desta área. Esses visitantes foram sobretudo jovens alunos do concelho de Braga, mas também público em geral.

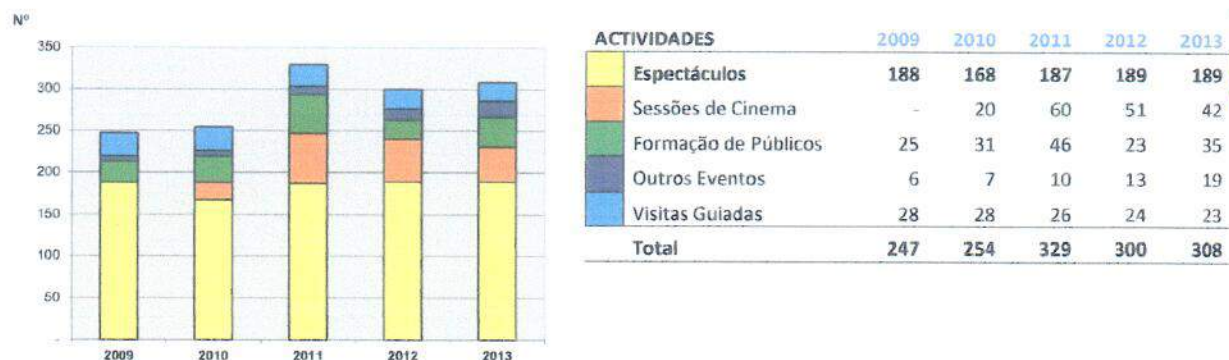
Quadro Resumo das Actividades de 2013

	Nº Sessões	Nº Públicos	
Espectáculos	189	52.025	
Cinema	42	2.665	
		54.690	Espectadores
Formação de Públicos	35	1.303	Participantes
Visitas Guiadas	23	302	Visitantes
Outros Eventos	19	6.017	Outros Públicos
Total Actividades	308	62.312	Públicos Totais

Tal como no ano anterior, no conceito de *formação de públicos* para efeitos estatísticos incluímos apenas os workshops e actividades envolventes, mantendo as visitas guiadas como uma actividade em separado. Os espectáculos para o público infante/juvenil, bem como as sessões de mostra de teatro escolar encontram-se englobados nos espectáculos em geral.

A evolução destes indicadores ao longo dos últimos 5 anos pode ser observada nos gráficos e quadros das páginas seguintes.

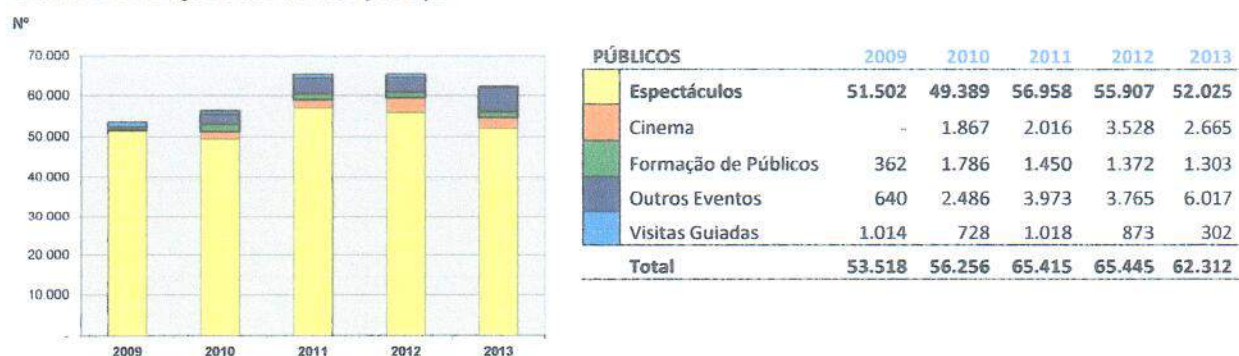
Gráfico 1: Evolução do nº de Actividades por tipo



Nos últimos 5 anos tem-se registado uma tendência de crescimento do número de actividades, com um pico em 2011, fenómeno directamente relacionado com a inclusão da valência de Cinema no final de 2010.

Em 2013 o número de espectáculos - área de actividade principal do Theatro - manteve-se inalterável relativamente ao ano anterior e, com excepção de 2010, tem-se conservado em números semelhantes ao longo dos últimos cinco anos. O número das restantes actividades variou ligeiramente em relação a 2012, sendo que apenas as sessões de Cinema se reduziram. De realçar também o aumento dos outros eventos e de acções de formação de públicos, por se terem desenvolvido em 2013 dois novos ciclos nesta área - *Forma e Infanta*. Por outro lado o número de visitas guiadas tem tido um ligeiro decréscimo nos últimos cinco anos.

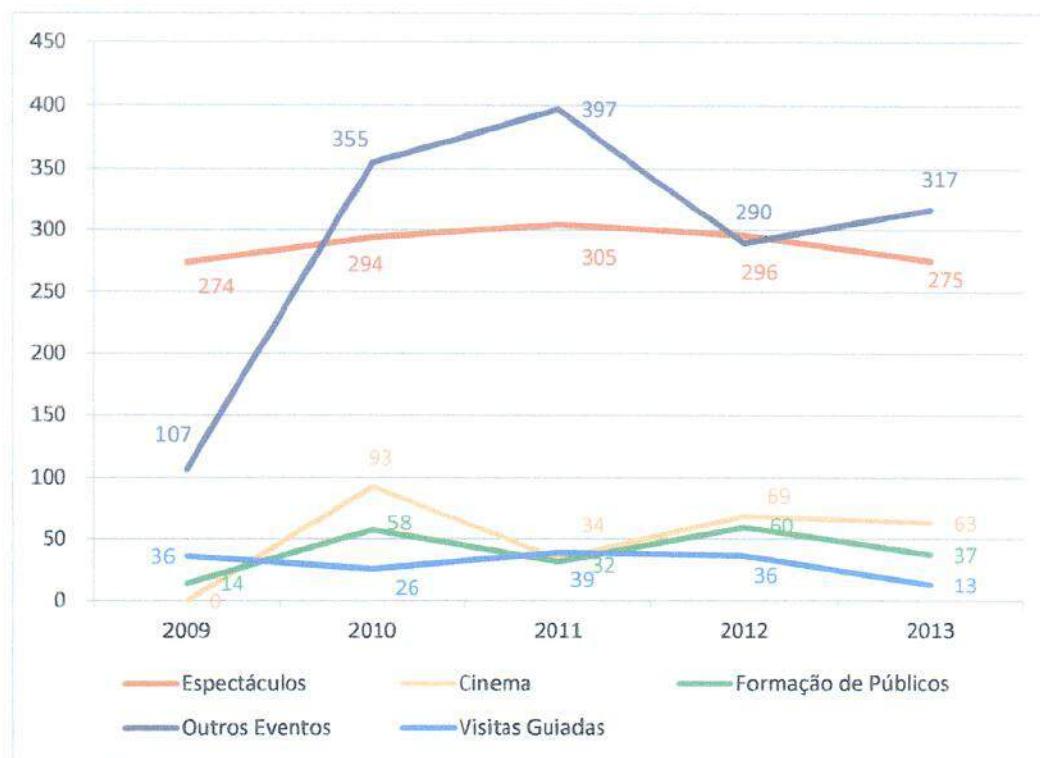
Gráfico 2: Evolução dos Públicos por tipo



Em 2013 o número total de públicos foi de 62.312, o que representou um decréscimo de 5% face a 2012, ano que havia sido o de maior afluência desde a reabertura.

A grande maioria do público é relativa a Espectáculos, que representam 83% do total, e os restantes continuam com pouca representatividade mas têm vindo a ganhar expressão desde 2010. Em 2013 é notório o aumento de públicos de Outros Eventos, o que se explica pelo facto de se terem realizado mais 6 do que no ano anterior. O número destes eventos tem vindo a elevar-se ao longo dos anos, fruto da aposta nos alugueres de sala como forma de aumento e diversificação da receita própria.

Gráfico 3: Evolução do nº médio de públicos por actividade



Este indicador permite-nos ter uma ideia geral sobre a evolução da média de públicos por actividade - se bem que para a obtenção de conclusões mais aprofundadas teríamos de cruzar esta informação com dados sobre a sala de apresentação. Mas podemos tecer algumas considerações sobre o Cinema e Visitas Guiadas, o primeiro porque tem lugar maioritariamente na mesma sala - Pequeno Auditório - e o segundo porque é independente dos espaços visitados, usualmente sempre os mesmos.

Podemos verificar que, por exemplo, a média do Cinema mostra uma tendência para estabilizar acima dos 60 espectadores, o que é um número extremamente positivo, tendo em conta o tipo de cinema apresentado - fora do circuito comercial - e o facto de se realizar às segundas-feiras.

Por outro lado verifica-se que as visitas guiadas têm sido realizadas para grupos menores (média de 13 pessoas em 2013), facto directamente relacionado com a realização, pela primeira vez, de visitas no mês de Agosto, na sua maioria a casais ou pequenos grupos.

b) ARTES PERFORMATIVAS

Sendo os Espectáculos o tipo de actividade preponderante no Teatro Circo, tanto em número de sessões como de públicos, há um maior interesse em aprofundar a sua análise, nomeadamente em termos de áreas artísticas, género, nacionalidade dos artistas/projectos e, finalmente, em média de espectadores por sala de apresentação.

➤ Área Artística

A classificação que serve de base à produção de estatística, e que temos vindo a seguir nos relatórios anteriores, é a seguinte:

- **MÚSICA** (inclui ópera, música erudita e música ligeira)
- **TEATRO** (CTB e outras companhias)
- **DANÇA** (bailado, moderna/contemporânea e outras danças)
- **OUTRAS ARTES** (sem categorização específica - mas inclui o novo circo, o burlesco, a magia, etc.)

O critério utilizado para espectáculos que abrangem mais do que uma área é tentar integrá-los na Música, Teatro ou Dança quando uma delas seja claramente preponderante, evitando as Outras Artes, conceito demasiado genérico. Ou seja, um espectáculo multidisciplinar é internamente classificado na área artística principal. Por outro lado decidimos aglomerar a Ópera na Música por uma questão de relevância, uma vez que apresentamos um máximo de 3 espectáculos/ano, apesar dela própria ser considerada uma área artística independente.

Após esta breve explicação, necessária para poder entender, com rigor, a informação aqui apresentada, as áreas artísticas dos espectáculos programados foram assim distribuídas:

Espectáculos por Área Artística em 2013

Área	Sessões		Espectadores	
	Nº	%	Nº	%
Música	81	42,9%	27.768	53,4%
Teatro	101	53,4%	21.932	42,1%
Dança	7	3,7%	2.325	4,5%
Outras Artes	-	-	-	-
Total	189		52.025	

Nos gráficos seguintes é possível acompanhar a evolução de ambas as percentagens (espectáculos e espectadores) nos últimos 5 anos.

Gráfico 4: Evolução da % de espetáculos por área artística

% Espetáculos por Área Artística

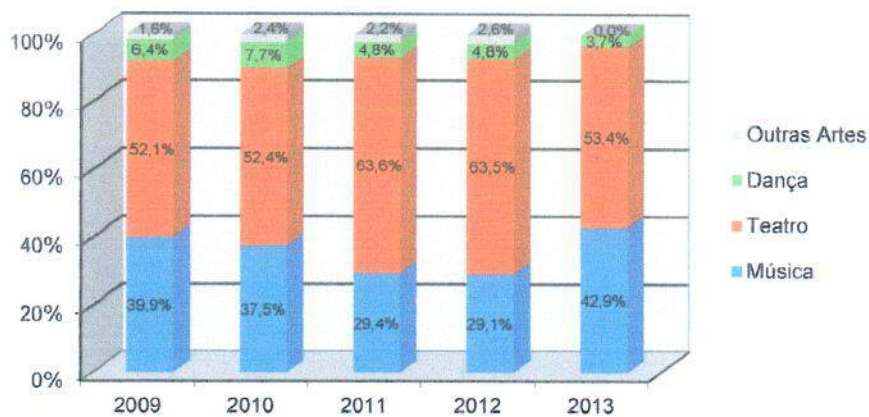
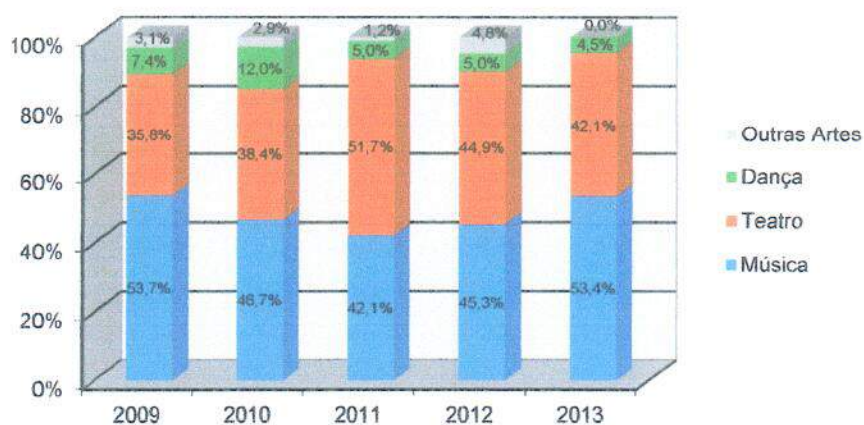


Gráfico 5: Evolução da % de espectadores por área artística

% Espectadores por Área Artística



O Teatro mantém-se em 2013 como a área artística mais programada, representando 53,4% do total de sessões, mas com expressão percentual inferior aos dois anos anteriores.

A predominância desta área artística deve-se em grande parte à existência de uma companhia residente – a CTB – que aqui apresenta as suas produções, mas também à aposta crescente em sessões de teatro para escolas e em mostras de teatro escolar, promovidas em parceria com o Pelouro da Cultura do Município de Braga. A quebra face ao ano anterior está directamente relacionada com o decréscimo do número de apresentações da CTB: menos 20 do que em 2012.

A Música volta a ser a área artística que atraiu maior percentagem de público (53,4% contra 42,1% no Teatro), tal como em todos os restantes anos com excepção apenas de 2011. A Dança mantém uma expressão reduzida, tanto em percentagem de espectáculos como de espectadores, e não foram apresentados espectáculos em 2013 nas chamadas Outras Artes.

➤ Género

MÚSICA

Espectáculos	2009		2010		2011		2012		2013	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ópera	2	2,7%	1	1,6%	2	3,6%	2	3,6%	4	4,9%
Erudita	16	21,3%	14	22,2%	14	25,5%	14	25,5%	32	39,5%
Ligeira	57	76,0%	48	76,2%	39	70,9%	39	70,9%	45	55,6%
Total	75		63		55		55		81	

Espectadores	2009		2010		2011		2012		2013	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ópera	1.587	5,7%	451	2,0%	828	3,5%	569	2,2%	954	3,4%
Erudita	4.181	15,1%	2.711	11,8%	4.073	17,0%	4.661	18,4%	7.104	25,6%
Ligeira	21.894	79,1%	19.884	86,3%	19.070	79,6%	20.066	79,3%	19.710	71,0%
Total	27.662		23.046		23.971		25.296		27.768	

Média E/E	2009	2010	2011	2012	2013
Ópera	794	451	414	285	239
Erudita	261	194	291	333	222
Ligeira	384	414	489	515	438
Média Geral	369	366	436	460	343

Em 2013 a música ligeira manteve-se como a mais apresentada no Teatro Circo (55,6% dos espectáculos) e aquela que atraiu mais público, com 71% dos espectadores. Nela incluímos os vários géneros musicais não eruditos como o pop, rock, blues, jazz, soul, fado, country, electrónica, etc.

A opção de considerá-los numa categoria mais genérica sem subdivisões deve-se ao facto de o surgimento de novos géneros, de fusão de vários estilos (*new folk*, *indie rock*, *pop industrial*, *psicadélica*, *lounge*, *gipsy punk*) dificultar a categorização dos espectáculos de música nos géneros ditos tradicionais para efeitos estatísticos.

A música erudita (onde incluímos a música clássica, barroca, lírica, coros e recitais) tem aumentado o seu peso nos últimos dois anos, tanto ao nível das sessões como dos espectadores. Este ano em particular motivado pela apresentação do ciclo Música e Cinema, recitais comentados com 30 minutos de música e 30 minutos de conversa, numa parceria com a Companhia da Música.

A Ópera aumentou o número de sessões realizadas em 2013 para quatro, tendo três delas sido apresentadas a público escolar.

TEATRO

Espectáculos	2009		2010		2011		2012		2013	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
CTB	59	60,2%	45	51,1%	56	47,1%	70	58,3%	50	49,5%
Outras Companhias	33	33,7%	36	40,9%	56	47,1%	41	34,2%	43	42,6%
Teatro Escolar	6	6,1%	7	8,0%	7	5,9%	9	7,5%	8	7,9%
Total	98		88		119		120		101	

Espectadores	2009		2010		2011		2012		2013	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
CTB	4.332	23,5%	4.201	22,2%	6.997	23,8%	7.262	28,9%	3.921	17,9%
Outras Companhias	11.206	60,9%	11.365	59,9%	19.446	66,0%	14.078	56,0%	13.315	60,7%
Teatro Escolar	2.864	15,6%	3.399	17,9%	2.999	10,2%	3.778	15,0%	4.696	21,4%
Total	18.402		18.965		29.442		25.118		21.932	

Média E/F	2009		2010		2011		2012		2013	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
CTB	73		93		125		104		78	
Outras Companhias	340		316		347		343		310	
Teatro Escolar	477		486		428		420		587	
Média Geral	188		216		247		209		217	

Em 2013 registou-se nova quebra do número de espectadores de Teatro, desta vez fortemente motivada pela redução do número de sessões realizadas. À CTB, companhia residente, correspondeu em 2013 a cerca de metade dos espectáculos apresentados.

Em termos de público, 17,9% respeitaram à CTB, 60,7% a Outras Companhias e 21,4% a Teatro Escolar, mostras de teatro realizadas pelos próprios alunos em contexto escolar - não confundir com Teatro para Escolas, sessões realizadas tendo como público-alvo o escolar e que tanto podem ser apresentadas pela CTB como por Outras Companhias.

DANÇA

Espectáculos

	2009		2010		2011		2012		2013	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Bailado	3	25,0%	5	38,5%	1	11,1%	1	11,1%	1	14,3%
Moderna/Contemporânea	9	75,0%	5	38,5%	8	88,9%	8	88,9%	6	85,7%
Outras	-	-	3	23,1%	-	-	-	-	-	-
Total	12		13		9		9		7	

Espectadores

	2009		2010		2011		2012		2013	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Bailado	1.927	50,4%	2.200	37,0%	855	30,1%	560	20,0%	667	28,7%
Moderna/Contemporânea	1.898	49,6%	1.995	33,5%	1.988	69,9%	2.247	80,0%	1.658	71,3%
Outras	-	-	1.753	29,5%	-	-	-	-	-	-
Total	3.825		5.948		2.843		2.807		2.325	

Média E/E

	2009	2010	2011	2012	2013
Bailado	642	440	855	560	667
Moderna/Contemporânea	211	399	249	281	276
Outras	-	584	-	-	-
Média Geral	319	458	316	312	332

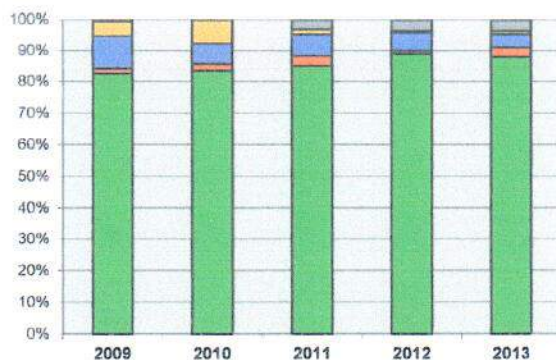
A Dança continua a ser uma área menos programada, tendo sido apresentadas em 2013 apenas 7 sessões: um bailado e seis na vertente contemporânea. Destas, quatro foram financiadas por fundos comunitários (*Estrangeiros*, *Areia* (2 sessões) e *Cinderela*) - duas foram acolhidas ao abrigo de um protocolo com a escola de dança Arte Total (*Escadas Zero*) - e são interpretadas pelos próprios alunos e uma foi acolhida em regime de bilheteira (*Drácula*).

De notar que média geral de espectadores tem-se mantido consideravelmente elevada e consistentemente acima dos 300 por sessão.

➤ **Nacionalidade do Artista/Projecto**

Gráfico 6: Evolução da % de espectáculos por Nacionalidade do Artista

% espectáculos

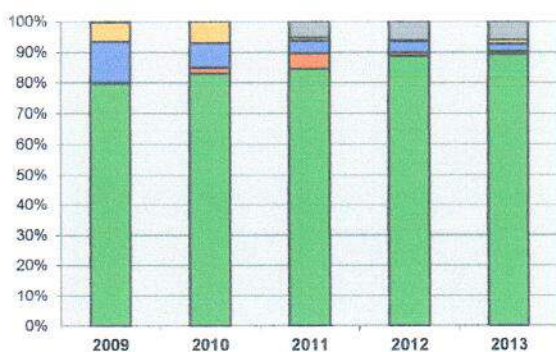


% Espectáculos

	2009	2010	2011	2012	2013
Portugal	82,4%	83,3%	85,0%	88,9%	87,8%
Lusofonia	1,6%	2,4%	3,2%	1,1%	3,2%
Europa	10,6%	6,5%	7,0%	5,8%	4,2%
Resto do Mundo	4,8%	7,7%	1,6%	0,5%	1,1%
Transversal	0,5%	0,0%	3,2%	3,7%	3,7%

Gráfico 7: Evolução da % de espectadores por Nacionalidade do Artista

% espectadores



% Espectadores

	2009	2010	2011	2012	2013
Portugal	79,7%	83,0%	84,5%	88,9%	89,3%
Lusofonia	0,2%	1,9%	5,1%	1,0%	0,9%
Europa	13,5%	8,1%	4,0%	3,5%	2,5%
Resto do Mundo	6,2%	7,0%	1,0%	0,3%	1,3%
Transversal	0,4%	0,0%	5,3%	6,2%	6,0%

Como é possível observar pela análise de ambos os gráficos, 87,8% dos espectáculos de 2013 foram de origem portuguesa, para 89,3% dos espectadores, percentagens que têm vindo paulatinamente a aumentar. Este resultado é fruto de uma política de aumento da componente nacional na programação do Teatro Circo, objectivo estratégico assumido pela administração cessante.

De realçar o ligeiro aumento desde 2011 dos projectos transversais (mais do que um país envolvido de diferentes partes do mundo), fruto na sua maioria das candidaturas QREN e praticamente inexistentes em anos anteriores.

➤ **Sala de apresentação**

Espectáculos	2009		2010		2011		2012		2013	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sala Principal	152	80,9%	142	84,5%	138	73,8%	123	65,1%	114	60,3%
Pequeno Auditório	14	7,4%	24	14,3%	45	24,1%	50	26,5%	43	22,8%
Salão Nobre/Outros	22	11,7%	2	1,2%	2	1,1%	5	2,6%	30	15,9%
Exterior	-	-	-	-	2	1,1%	11	5,8%	2	1,1%
Total	188		168		187		189		189	

Espectadores	2009		2010		2011		2012		2013	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sala Principal	49.540	96,2%	47.950	97,1%	53.104	93,2%	50.048	89,5%	44.616	85,8%
Pequeno Auditório	1.168	2,3%	1.332	2,7%	2.209	3,9%	4.374	7,8%	2.516	4,8%
Salão Nobre/Outros	794	1,5%	107	0,2%	75	0,1%	277	0,5%	3.343	6,4%
Exterior	-	-	-	-	1.570	2,8%	1.208	2,2%	1.550	3,0%
Total	51.502		49.389		56.958		55.907		52.025	

Em 2013 acentuou-se a tendência de descentralização da utilização dos diversos espaços de apresentação, inclusive o exterior. Assim, em 2013 apenas 60,3% dos espectáculos foram apresentados na Sala Principal, percentagem significativamente inferior à verificada nos anos anteriores. Isto apesar de este espaço continuar a albergar a grande maioria do público das artes performativas (85,8%).

Em 2013, e relativamente a artes performativas, o Pequeno Auditório² foi palco das 9 sessões do ciclo de música *Sai de Baixo*, dos espectáculos da CTB *Conversa com Homem Roupeiro*, *Falar Verdade a Mentir* e *Sabe Deus Pintar o Diabo*, e de outras sessões, todas de teatro, que pela sua tipologia e dimensão se adaptavam à apresentação neste espaço. De referir que as duas apresentações realizadas no exterior foram no âmbito do Festival MIMARTE e ambas financiadas pelo QREN.

Média de Espectadores por Sala de Espectáculo

	2009	2010	2011	2012	2013
SP Sala Principal	326	338	385	407	391
PA Pequeno Auditório	83	56	49	87	59

A média de espectadores na Sala Principal, apesar de inferior a 2012, é mais elevada que em todos os anos anteriores em análise. No Pequeno Auditório a média reduziu-se, aproximando-se mais dos valores de 2010 e 2011. De salientar que 59 foi também o número médio de espectadores nas sessões de Cinema apresentadas no Pequeno Auditório.

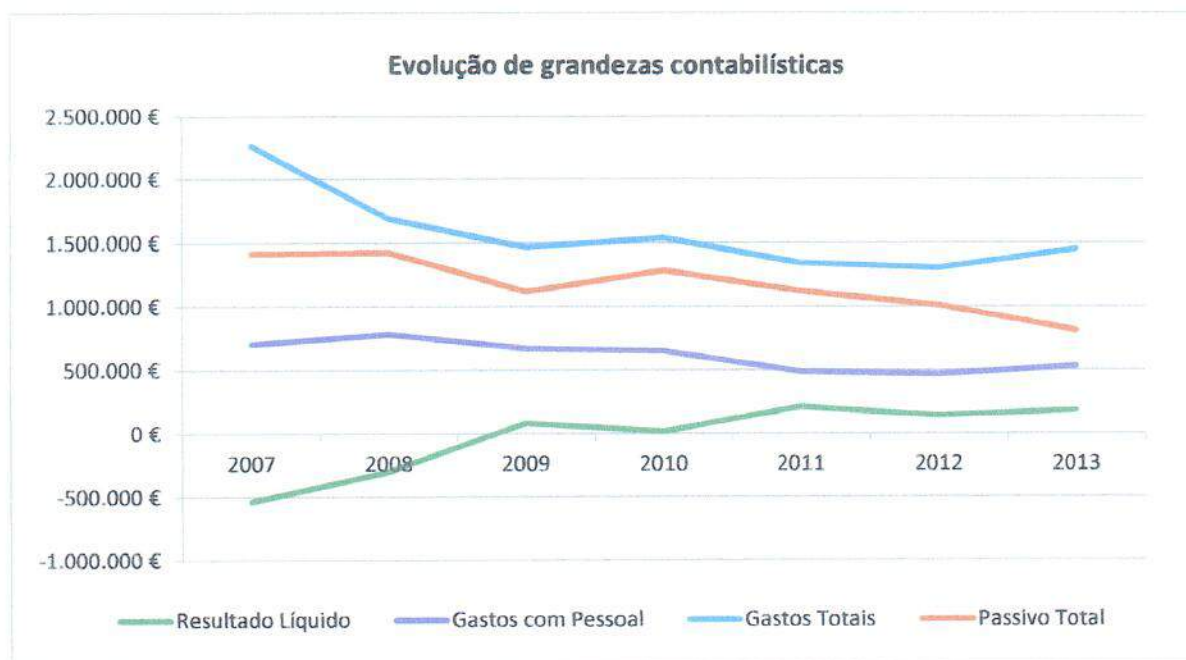
² A análise abrange apenas Espectáculos (exclui sessões de Cinema) para mais facilmente poder ser comparada com os resultados dos anos anteriores.

III. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

➤ Contexto

Nunca é demais repetir o que tem vindo a ser referido nos relatórios anteriores: o Teatro Circo tem vindo a recuperar de uma situação economicamente desfavorável – e previsivelmente insustentável – gerada pelos défices de 2007 e 2008, primeiros anos após a reabertura. O ano de 2013 consolidou em definitivo essa recuperação.

Gráfico 8: Evolução de grandezas contabilísticas desde o primeiro ano completo após a reabertura



	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Público	55.443	50.365	53.518	56.256	65.415	65.445	62.312

Os resultados ao longo destes últimos anos são suficientemente esclarecedores:

- ✓ 5 anos consecutivos de resultados líquidos positivos
- ✓ Redução do nível médio de gastos totais
- ✓ Redução substancial e consolidada do passivo ³
- ✓ Aumento do nível médio de público

³ O Passivo Total dos anos 2011, 2012 e 2013 é o que resulta das correcções inscritas na nota 2.3 do Anexo a este Relatório. Caso não se tivesse procedido à alteração de tratamento contabilístico, a redução do Passivo teria sido ainda mais substancial.

Não obstante a situação económica muito favorável deixada pela anterior administração, verificou-se que a enorme contenção financeira a que o Teatro Circo esteve sujeito durante este período, nomeadamente a redução de pessoal, a restrição do orçamento de comunicação e a contenção de despesas associadas a programação não financiada por fundos comunitários, poderá estar a impedi-lo de dar um salto qualitativo significativo. Ou seja, agora que as contas estão definitivamente equilibradas, e apesar de acreditarmos que com o orçamento existente se fez o melhor possível, é necessário investir em áreas chave, de forma focalizada e eficaz, para se atingir um outro patamar de qualidade e serviço. E esse é agora um dos grandes desafios desta administração.

Por outro lado, e como já referido, em 2013 procedeu-se a uma alteração do tratamento contabilístico dos valores transferidos pelo Município, até agora considerados na íntegra como subsídios à exploração. Esta mudança de política foi introduzida no âmbito da entrada em vigor da Lei nº 50/2012, que estabelece o novo regime jurídico do sector empresarial local, e no seguimento daquele que é o entendimento de outras empresas do sector público empresarial. O objectivo foi fazer uma distinção clara entre o apoio à programação própria do teatro e o financiamento da disponibilização de espaços a entidades externas que a autarquia pretende directamente apoiar. Ou seja, pretendeu-se evidenciar claramente aquilo que no âmbito do contrato programa consubstanciava na realidade uma cedência de espaços da empresa Teatro Circo de Braga para actividades que não integravam a sua programação directa, que não resultavam de um protocolo celebrado directamente com as estruturas em causa, e cujo pagamento estava a ser considerado no âmbito do contrato-programa como um subsídio, quando as características do serviço em causa configuram uma prestação de serviços. Aqui se incluem, por exemplo, a residência artística da CTB ao abrigo de protocolo celebrado entre esta e o Município, a cedência de espaços para ensaios e apresentações do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, no âmbito de protocolo estabelecido com a própria Câmara, a Mostra de Teatro Escolar – realizada por várias escolas do concelho em colaboração com o pelouro da Cultura, o Festival Mimarte, programado e promovido pelo Município, e, por último, as cedências de espaço à própria Autarquia para realização de apresentações e conferências.

Ou seja, o Teatro Circo realizava estas cedências por considerá-las integradas no contrato-programa, apesar de tal documento nada mencionar em relação a estes serviços ou aos protocolos previamente estabelecidos entre a Autarquia e estas entidades. Com a entrada em vigor da Lei nº 50/2012, esta situação necessitou de ser devidamente clarificada, tendo a alteração de política contabilística permitido à empresa aferir a sua viabilidade económica de uma forma mais rigorosa. Assim, e após uma análise profunda às contas, cruzando-as com a informação estatística sobre as datas das sessões e a ocupação prévia dos espaços pelas entidades e para as actividades acima referidas, foi possível fazer reflectir este entendimento até 2011, tendo esta análise produzido uma correcção formal⁴, o que inclusivamente motivou o fecho mais tardio das contas de 2013.

A informação apresentada nos quadros seguintes como comparativo de 2012 espelha já essa nova política contabilística. Por isso, os valores de algumas rubricas poderão diferir do Relatório e Contas do ano anterior, apesar dos totais de Gastos, Rendimentos e Resultado Líquido se manterem inalteráveis.

⁴ Ver Notas 2.3 e 5 do Anexo.

➤ Análise dos Resultados de 2013

Em 2013, os **Gastos** ascenderam a **1.451.806€** e os **Rendimentos** a **1.651.019€**, o que gerou um Resultado Antes de Impostos de 199.214€ e um **Resultado Líquido** de **191.612€**.

Os **Gastos** tiveram a seguinte distribuição:

Rubricas	2013		2012	
	Valor €	Peso	Valor €	Peso
Custo das Mercadorias Vendidas e M.C.	1.260,48	0,1%	1.439,76	0,1%
Fornecimentos e Serviços Externos	779.250,00	53,7%	633.294,95	48,6%
Gastos com Pessoal	529.606,41	36,5%	467.438,68	35,9%
Provisões/Imparidades (perdas)	0,00	0,0%	42.000,00	3,2%
Outros Gastos e Perdas	4.842,08	0,3%	9.616,63	0,7%
Depreciações e Amortizações	123.515,49	8,5%	124.256,57	9,5%
Juros e Gastos Similares Suportados	13.331,11	0,9%	25.631,87	2,0%
Total dos Gastos	1.451.805,57		1.303.678,46	

São de salientar os seguintes aspectos:

- A rubrica de valor mais elevado continua a ser a de Fornecimentos e Serviços Externos, representando em 2013 mais de metade dos gastos totais – nela estão incluídos os cachês a pagar aos artistas e promotores de espectáculos;
- Os Gastos Totais aumentaram quase na mesma medida dos FSE, o que teve por base um acréscimo de contratação de espectáculos financiados pelo QREN;
- O aumento dos Gastos com Pessoal deveu-se à reposição dos subsídios de férias e de Natal, que haviam sido suspensos em 2012 por imposição legal, aos colaboradores sujeitos a esta medida;
- Apesar do encarecimento do crédito de curto prazo, a conta Juros e Gastos Similares diminuiu, reflectindo a forte redução do passivo bancário. Estes custos representam agora menos de 1% dos gastos totais.

Discriminação da conta **62 Fornecimentos e Serviços Externos**:

Rubricas	2013		2012	
	Valor €	Peso	Valor €	Peso
622 Serviços Especializados	627.599,75	80,5%	510.833,83	80,7%
623 Materiais	13.859,82	1,8%	9.049,58	1,4%
624 Energia e Fluidos	62.143,79	8,0%	59.506,23	9,4%
625 Deslocações, Estadas e Transportes	46.457,02	6,0%	32.658,56	5,2%
626 Serviços Diversos	29.189,62	3,7%	21.246,75	3,4%
Total FSE	779.250,00		633.294,95	

A composição desta conta não se alterou significativamente de 2012 para 2013. Mais de 80% da despesa refere-se a Serviços Especializados, onde se incluem cachês de espectáculos, honorários e publicidade. Apesar do aumento significativo em 2013 pelos motivos já referidos, o seu peso manteve-se.

Os **Rendimentos**, por sua vez, repartiram-se do seguinte modo:

Rubricas	2013		2012	
	Valor €	Peso	Valor €	Peso
Vendas	2.497,37	0,2%	3.082,22	0,2%
Prestações de Serviços	737.266,98	44,7%	730.710,14	50,3%
Subsídios à Exploração	851.017,65	51,5%	660.264,08	45,4%
Município de Braga	562.459,97	34,1%	567.810,00	39,1%
Fundos Comunitários	279.422,39	16,9%	90.005,95	6,2%
Instituto do Emprego	9.135,29	0,6%	2.448,13	0,2%
Reversões (de imparidades)	42.004,37	2,5%	0,00	0,0%
Outros Rendimentos e Ganhos	18.232,86	1,1%	59.137,88	4,1%
Total dos Rendimentos	1.651.019,23		1.453.194,32	

Os Rendimentos Totais foram superiores ao ano anterior, facto maioritariamente explicado pelo aumento de financiamentos comunitários em quase duzentos mil euros. De salientar que apesar dos subsídios à exploração representarem mais de metade dos rendimentos em 2013, o subsídio concedido pelo Município tem um peso de apenas 34,1%. As prestações de serviços mantiveram-se em níveis idênticos mas as suas componentes sofreram algumas variações, como pode ser observado no quadro seguinte.

Discriminação da conta **72 Prestação de Serviços**:

Rubricas	2013		2013 (redistribuição 727)		2012	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso
721 Bilheteira	212.389,60	28,8%	212.389,60	28,8%	159.552,32	21,8%
722 Programas de Fidelização	17.873,38	2,4%	17.873,38	2,4%	22.391,07	3,1%
723 Aluguer de Espaço	508.550,00	69,0%	478.550,00	64,9%	502.225,75	68,7%
Município	437.540,00	59,3%	437.540,00	59,3%	432.190,00	59,1%
Outras Entidades	71.010,00	9,6%	41.010,00	5,6%	70.035,75	9,6%
725 Serviços Secundários	66.954,00	9,1%	28.454,00	3,9%	46.541,00	6,4%
727 Regularização de PS	-68.500,00	-9,3%	-	0,0%	0,00	0,0%
Total Prestações de Serviços	737.266,98		737.266,98		730.710,14	

Em 2013 a composição da conta 72 foi algo atípica por se ter procedido ao registo de duas regularizações de alguma relevância - uma de 30.000€ relativa a alugueres de espaço e outra de 38.500€ relacionada com serviços secundários - que traduzem reduções das respectivas subcontas mas que contabilisticamente são registadas a débito da 727. Por forma a aumentar a comparabilidade foi acrescentada outra coluna com os valores corrigidos, repartido a regularização pela subconta respectiva.

Depois de redistribuídas as regularizações, verificam-se dois decréscimos de alguma magnitude: alugueres de espaço - a outras entidades que não o Município; e serviços secundários, onde são contabilizadas as rendas do Theatro Circo Café. O primeiro, já referido, deve-se ao facto de 2012 ter sido um ano excepcional em virtude do acolhimento de diversos eventos em contexto da Capital Europeia da Juventude, sendo que o valor de 2013 está em consonância com o verificado nos anos anteriores. O segundo dá-se pela correcção das rendas processadas, no seguimento da acção de despejo do inquilino por falta de pagamento⁵. Não obstante, o aumento das receitas de bilheteira verificado conseguiu absorver ambos os decréscimos.

De salientar que tanto em 2013 como em 2012 quase 70% das prestações de serviços referem-se a alugueres de espaço, facto motivado pela inclusão nesta conta de parte das transferências do Município em virtude da correcção contabilística já mencionada, que haviam sido contabilizadas como subsídios à exploração nos Relatário e Contas anteriores.

➤ **Análise Patrimonial**

Em termos patrimoniais, em 31/12/2013 o **Activo Líquido** cifrava-se em **1.893.941€**, mantendo-se em níveis semelhantes aos do ano anterior.

O **Passivo**, por sua vez, ascendia a **807.313€**, o que representa uma diminuição notável de 20% face ao ano anterior e de 43% em relação a 2007, primeiro ano completo após a reabertura. Os decréscimos verificaram-se tanto ao nível do passivo corrente como do não corrente por via da redução drástica dos financiamentos obtidos, nomeadamente de curto prazo.

O **Capital Próprio** era, no final de 2013, de **1.086.628€**, o que corresponde a um aumento de quase 20% face ao ano anterior motivado principalmente pelo valor dos resultados obtidos.

➤ **Tesouraria**

Em 2013 o Teatro Circo conseguiu finalmente equilibrar a sua tesouraria uma vez que obteve por parte do IFDR um total de 463.759,62€ de reembolsos relativos a sete candidaturas distintas co-financiadas por fundos comunitários no âmbito do QREN. Com esta entrada de dinheiro foi possível liquidar a maior parte dos financiamentos de curto prazo (que passaram de 395.497€ em 2012 para 48.585€ em 2013), sendo que actualmente o grosso das responsabilidades bancárias da empresa se restringe a um *leasing* contratado em 2006 para financiar a compra de equipamento de som, com condições extremamente favoráveis.

O Teatro Circo vinha já, gradualmente, a diminuir os seus passivos bancários, tanto de curto como de médio e longo prazo, com consequências positivas evidentes a vários níveis - desde logo a redução dos encargos de financiamento, que em 2013 representaram menos de 1% dos gastos totais.

⁵ Em Março de 2013 foi intentada uma acção de despejo contra a empresa que explorava o Theatro Circo Café por falta de pagamento das rendas mas estas continuaram a ser facturadas até à conversão em título para desocupação do locado, o que ocorreu apenas em Janeiro de 2014. Por este motivo foi necessário proceder à regularização na conta 727 das rendas processadas, com reflexo ainda nas contas de 2013.

O objectivo a este nível é reduzir o mais possível o apoio à tesouraria, restringindo o recurso ao crédito bancário para financiar investimento apenas.

De notar que, em cumprimento do disposto na Lei 8/2012 de 21 de Fevereiro, o Teatro Circo não tem pagamentos em atraso desde Julho de 2012.

➤ Execução Orçamental

Os Instrumentos de Gestão Previsional de 2013 previam resultados líquidos de 138.330€. A empresa conseguiu obter 191.612€, o que demonstra tanto a prudência na elaboração do orçamento como a responsabilidade e eficácia no seu cumprimento.

IV. INVESTIMENTOS

Em 2013 os investimentos realizados (referindo-nos em concreto a despesa com registo em contas do imobilizado) não atingiram os 16.000€ dos 23.000€ estimados. Tendo em conta que a aquisição de material eléctrico, num total de 10.000€ previstos, foi quase toda ela realizada só que contabilizada em contas de gastos e não de investimentos, podemos afirmar que o plano foi cumprido sem grandes desvios.

O orçamento de 2014 prevê um investimento de 50.000€ em pequenas obras de climatização e reorganização dos espaços, compra de equipamento de vídeo e renovação de parte do parque informático, totalmente auto-financiado. Para o triénio seguinte estão previstos investimento de substituição de valor mais elevado - nomeadamente de equipamento técnico diverso - e para os quais se aguardam oportunidades de financiamento através do novo Quadro Comunitário de Apoio.

Esta Administração pretende ainda implementar um plano de eficiência energética, que iniciará com um estudo prévio de necessidades de investimento e de aquisição de material, e que aguarda igualmente a abertura das candidaturas a fundos comunitários nesta matéria. Este ano irá ser dado um pequeno passo com a aquisição de baterias de condensadores, já prevista em orçamento, o que permitirá poupar o encargo com o consumo de energia reactiva, estimado em cerca de 5000 euros anuais.

Para além dos investimentos registados em imobilizado, um edifício desta natureza necessita de manutenção constante. Os encargos inerentes encontram-se a ser suportados pela empresa na sua totalidade, uma vez que a legítima proprietária do edifício é a própria empresa, ao contrário da maior parte dos equipamentos municipais desta natureza, que normalmente são propriedade das autarquias.

Ou seja, é também responsabilidade da empresa a manutenção do edifício em termos físicos – pequenas obras, reparações, pinturas – mas também técnicos, cabendo-lhe a gestão e a manutenção do equipamento palco, nas vertentes de iluminação, áudio, vídeo e respectivos sistemas computadorizados de programação, para além de todos os seguros inerentes. Dadas as dimensões do edifício, os seus sistemas técnicos, AVAC, de segurança, bombagem, iluminação, etc., a sua manutenção, após quase oito anos de funcionamento, começa a pesar nos custos. O mesmo se passa (e com igual ou mais acuidade) quanto

aos equipamentos técnicos de palco. Em 2013 o gasto com esta manutenção, que não é contabilizada como um investimento mas sim como um gasto, rondou os vinte mil euros, prevendo-se que venha a aumentar nos próximos anos em virtude da depreciação natural do edificado e respectivos equipamentos instalados.

V. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE

Em Dezembro de 2013 foi nomeado um novo conselho de administração do Teatro Circo, dando início a uma nova fase na gestão da empresa. Com ela foram definidos objectivos estratégicos e linhas de acção para o quadriénio 2014/2017, que enquadram e justificam os instrumentos de Instrumentos de Gestão Previsional para este mesmo período.

O presente ponto tem por base esses mesmos objectivos e instrumentos e o correspondente plano de acção, não obstante a necessidade de durante o ano de 2014 se proceder a uma reavaliação da estratégia então definida, decorrente naturalmente da avaliação e conhecimento que a Administração irá obter sobre o funcionamento da empresa no seu primeiro ano de mandato.

Assim, considerando:

- a) a aposta numa programação ecléctica, de elevada qualidade, que passará, entre outros, por um maior equilíbrio entre a criação nacional e a apresentação de produções internacionais e uma maior diversidade nos espectáculos das várias áreas artísticas;
- b) o reforço do programa de formação de públicos e do serviço educativo, com a criação de uma agenda própria e do trabalho em parceria com instituições locais;
- c) o posicionamento do Theatro Circo enquanto equipamento cultural de referência, com a captação de novos públicos e fidelização dos já existentes - através do ajustamento do programa cultural, mas também pelo reforço dos instrumentos de comunicação existentes, pela definição de um plano de comunicação específico adequado aos vários tipos de públicos e pela alocação de meios humanos necessários à sua implementação;
- d) a optimização e ajustamento do quadro de pessoal para dar cumprimento aos objectivos traçados, melhorando ainda as condições de trabalho das equipas técnicas e investindo na formação continua dos recursos humanos, como principal activo da empresa;
- e) a necessidade de efectuar algum investimento na manutenção do equipamento do Teatro e na resolução de alguns problemas estruturais, associada a uma redução de custos a longo prazo através de uma maior eficiência energética;
- f) o equilíbrio financeiro que se alcançou em 2013, com a anulação de todos os resultados negativos transitados, fruto de uma politica de contenção que a anterior administração levou a cabo e que agora permite e obriga a uma análise séria das oportunidades de melhoria e das restrições que condicionam a actuação da gestão e o alcance dos resultados pretendidos;

- g) o objectivo de prossecução de um modelo de gestão que garanta a sustentabilidade do Teatro e o cumprimento dos critérios a que está obrigado para a manutenção do estatuto de empresa pública, obriga a uma alteração de paradigma, mantendo o apoio municipal mas apostando num reforço das receitas próprias e recurso a novas fontes de rendimento, em complemento aos subsídios atribuídos pelo Estado, através do Município, para o desenvolvimento da sua programação.

2014, como primeiro ano de implementação de um novo plano, será sobretudo um período de ajustamento, racionalização de recursos e de diagnóstico, preparando o terreno para a plena concretização dos objectivos proposto de uma forma sólida e contínua.

Deste modo, no próximo ano esta primeira fase irá reflectir-se sobretudo no ajustamento da programação e na definição de um programa para marcar os 100 anos do Teatro Circo em 2015. Será também trabalhada a programação em rede com os diversos equipamentos e instituições culturais da cidade, bem como com cidades parceiras nos diferentes projectos em que o Teatro está envolvido, como sendo o Quadrilátero Cultural e o Acto 5.

A optimização dos recursos técnicos e humanos da empresa será também um ponto fulcral, já espelhado nos Instrumentos de Gestão Previsional - com a regularização dos processos de cedência de interesse público na área dos recursos humanos e com a inclusão de um conjunto de intervenções e aquisição de equipamentos, no que concerne aos meios técnicos.

Por ultimo, 2014 será ainda marcado por um maior investimento na comunicação, como elemento essencial na conquista de novos públicos e do espaço que o Teatro pretende ocupar no panorama cultural da região e do país.

VI. OUTROS ELEMENTOS

Após o termo deste exercício, e até à data deste Relatório, o Município realizou os 100.000 euros que se encontravam em falta para completar a entrada devida no aumento de capital.

De igual modo se informa que a empresa no exercício de 2013 não adquiriu nem deteve acções próprias em carteira.

O Conselho de Administração refere que após o termo deste exercício e até à data deste Relatório não ocorreram outros factos que mereçam destaque.

VII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Tendo em conta o atrás exposto, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido, no montante de **191.612,39€**, seja transferido para resultados transitados.

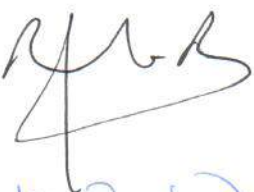
VIII. NOTAS FINAIS

Cabe a este Conselho de Administração manifestar a sua total disponibilidade e empenho para a resolução das situações que a gestão da coisa pública exige em tempo de contenção. Esta Administração envidará todos os esforços para a concretização destes Objectivos, através de acções conducentes ao cumprimento rigoroso do orçamento visando a sustentabilidade de um Projecto coerente, estruturado numa programação cada vez mais diversificada, de qualidade, junto do poder central e outros organismos e instituições.

O Conselho de Administração agradece ao Fiscal Único todo o apoio prestado, bem como a todos os colaboradores do Teatro Circo.

Braga, 9 de Maio de 2014

O Conselho de Administração,

Cláudia Tavares Leite



Teatro Circo de Braga, EM, SA
Balanço individual em 31.12.2013 e 31.12.2012

(valores em Euro)

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31.12.2013	31.12.2012
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	8	1.101.792,09	1.208.625,77
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis	7	1.328,21	2.389,05
Activos biológicos			
Participações financeiras - Método da equivalência patrimonial			
Participações financeiras - Outros métodos			
Accionistas/Sócios			
Outras contas a receber			
Outros activos financeiros		24,50	
Activos por impostos diferidos	14	925,00	20.338,75
		1.104.069,80	1.231.353,57
Activo corrente			
Inventários	10	3.494,61	3.957,42
Activos biológicos			
Clientes	15.1/15.3	122.237,51	37.194,43
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	15.3/17.1	55.944,40	39.758,96
Accionistas/Sócios			
Outras contas a receber	15.1/15.3	565.014,12	585.617,47
Diferimentos	17.2	2.719,46	3.501,23
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	4	40.460,94	21.321,09
		789.871,04	691.350,60
Total do ACTIVO		1.893.940,84	1.922.704,17
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	15.2	400.000,00	400.000,00
Acções (quotas) próprias			
Outros Instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas		1.341,57	952,84
Resultados transitados		(38.207,74)	(164.736,78)
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização		478.718,46	469.163,86
Outras variações no capital próprio		53.162,90	61.100,08
Resultado líquido do período		191.612,39	145.703,63
Interesses minoritários			
Total do CAPITAL PRÓPRIO		1.086.627,58	912.183,63
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	12		
Accionistas/Sócios			
Financiamentos obtidos	9/15.3	84.635,93	132.730,58
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos	14	31.566,44	50.741,03
Outras contas a pagar			
		116.202,37	183.471,61
Passivo corrente			
Fornecedores	15.1/15.3	126.295,73	127.842,68
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	15.3/17.1	24.198,27	19.083,24
Accionistas/Sócios			
Financiamentos obtidos	9/15.3	48.585,08	395.497,04
Outras contas a pagar	15.1/15.3	483.447,99	274.010,64
Diferimentos	17.2	8.583,82	10.615,33
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		691.110,89	827.048,93
Total do PASSIVO		807.313,26	1.010.520,54
Total do CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		1.893.940,84	1.922.704,17

O Técnico Oficial de Contas

Crustiano Guimarães

A Administração

Alfredo Teixeira Leite

[Assinatura]
[Assinatura]

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

Teatro Circo de Braga, EM, SA

Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2013 e 31.12.2012

(valores em Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	Períodos	
			2013	2012
Vendas e serviços prestados	+	17.3	739.764,35	733.792,36
Subsídios à exploração	+	11	851.017,65	660.264,08
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	+/-			
Variação nos inventários da produção	+/-			
Trabalhos para a própria entidade	+			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	10	(1.260,48)	(1.439,76)
Fornecimentos e serviços externos	-	17.4	(779.250,00)	(633.294,95)
Gastos com pessoal	-	16/17.5	(529.606,41)	(467.438,68)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-/+			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	15.1	42.004,37	(42.000,00)
Provisões (aumentos/reduções)	-/+			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+			
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-			
Outros rendimentos e ganhos	+	17.6	18.232,86	59.137,88
Outros gastos e perdas	-	17.7	(4.842,08)	(9.616,63)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		336.060,26	299.404,30
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	7/8	(123.515,49)	(124.256,57)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+		0,00	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		212.544,77	175.147,73
Juros e rendimentos similares obtidos	+		0,00	
Juros e gastos similares suportados	-	17.8	(13.331,11)	(25.631,87)
Resultado antes de impostos	=		199.213,66	149.515,86
Imposto sobre rendimento do período	-/+	14	(7.601,27)	(3.812,23)
Resultado líquido do período	=		191.612,39	145.703,63
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período				
Resultado líquido do período atribuível a: (1)				
Detentores de capital da empresa-mãe	+/-			
Interesses minoritários	+/-			
	=		0,00	0,00
Resultado por acção básico				

O Técnico Oficial de Contas

Cristiano Guimarães

A Administração

Cláudia Teresa Leite



Teatro Circo de Braga, EM, SA
Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2013

(valores em Euro)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe												Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos do capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013	6	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	952,84	(164.736,78)	0,00	469.163,86	61.100,08	145.703,63	912.183,63	0,00	912.183,63
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															0,00
Alterações de políticas contabilísticas															0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis															0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	14							(19.174,59)		9.554,60	9.619,99		0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	11						388,73	145.703,63			(17.557,17)	(145.703,63)	(17.168,44)		(17.168,44)
	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	388,73	126.529,04	0,00	9.554,60	(7.937,18)	(145.703,63)	(17.168,44)	0,00	(17.168,44)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											191.612,39	191.612,39		191.612,39
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											45.908,76	174.443,95	0,00	174.443,95
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital	15.2														0,00
Realizações de prémios de emissão															0,00
Distribuições															0,00
Entradas para cobertura de perdas															0,00
Outras operações															0,00
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2013	11=6+7+8+10	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.341,57	(38.207,74)	0,00	478.718,46	53.162,90	191.612,39	1.086.627,58	0,00	1.086.627,58

O Técnico Oficial de Contas

Brásonio Guimarães

A Administração

Cláudio Teixeira Leite

[Assinatura]
[Assinatura]

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

Teatro Circo de Braga, EM, SA
Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2012

(valores em Euro)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe												Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos do capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012	1	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	454,35	(379.998,98)	0,00	468.292,27	69.801,87	219.271,17	777.820,68	0,00	777.820,68
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															0,00
Alterações de políticas contabilísticas															0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis															0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	14							(4.008,97)		871,59	3.137,38		0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	11						498,49	219.271,17			(11.839,17)	(219.271,17)	(11.340,68)		(11.340,68)
	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	498,49	215.262,20	0,00	871,59	(8.701,79)	(219.271,17)	(11.340,68)	0,00	(11.340,68)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											145.703,63	145.703,63		145.703,63
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3											(73.567,54)	134.362,95	0,00	134.362,95
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital	15.2														0,00
Realizações de prémios de emissão															0,00
Distribuições															0,00
Entradas para cobertura de perdas															0,00
Outras operações															0,00
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2012	6=1+2+3+5	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	952,84	(164.736,78)	0,00	469.163,86	61.100,08	145.703,63	912.183,63	0,00	912.183,63

O Técnico Oficial de Contas

Crístono Guimarães

A Administração

Cláudio Teixeira Leite

[Assinatura]
[Assinatura]

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

Teatro Circo de Braga, EM, SA

Demonstração individual de fluxos de caixa do período findo em 31.12.2013 e 31.12.2012

(valores em Euro)

RUBRICAS		NOTAS	Períodos	
			2013	2012
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>				
Recebimentos de clientes	+		273.288,79	261.116,97
Pagamentos a fornecedores	-		(891.392,62)	(644.877,01)
Pagamentos ao pessoal	-		(515.103,07)	(455.850,43)
Caixa gerada pelas operações	+/-		(1.133.206,90)	(839.610,47)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+		(12.715,59)	(648,31)
Outros recebimentos/pagamentos	+/-		1.553.391,23	1.028.737,68
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	+/-	407.468,74	188.478,90
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>				
Pagamentos respeitantes a:		8	(18.045,30)	(20.146,44)
Activos fixos tangíveis	-			(1.831,65)
Activos intangíveis	-			
Investimentos financeiros	-			
Outros activos	-			
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis	+			
Activos intangíveis	+			
Investimentos financeiros	+			
Outros activos	+			
Subsídios ao investimento	+			
Juros e rendimentos similares	+			
Dividendos	+			
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	+/-	(18.045,30)	(21.978,09)
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>				
Recebimentos provenientes de:		9		270.000,00
Financiamentos obtidos	+	15.2		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+			
Cobertura de prejuízos	+			
Doações	+			
Outras operações de Financiamento	+			
Pagamentos respeitantes a:		9	(395.232,18)	(400.118,67)
Financiamentos obtidos	-	17.8	(13.331,11)	(25.631,87)
Juros e gastos similares	-			
Dividendos	-			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-			
Outras operações de financiamento	-			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)		(408.563,29)	(155.750,54)
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)		(19.139,85)	10.750,27
Efeito das diferenças de câmbio	+/-			
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	4	21.321,09	10.570,82
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	4	40.460,94	21.321,09

O Técnico Oficial de Contas

Bruno Quimaraes

A Administração

Claudio T. ...



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ANEXO

1. Identificação da entidade

A “Teatro Circo de Braga, EM, SA” tem por objecto social a realização de actividades culturais, de acordo com os princípios de interesse público e as orientações da Câmara Municipal de Braga para a programação anual do teatro. A sociedade tem a sua sede na Avenida da Liberdade, 697, no município de Braga.

A empresa é detida pela Câmara Municipal de Braga que possui sede social na Praça Municipal 4704-514 Braga.

Em conformidade, as presentes demonstrações financeiras da Empresa são as suas demonstrações financeiras individuais.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa e de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas o Sistema de Normalização Contabilística, os Modelos de Demonstrações Financeiras, a Estrutura Conceptual, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), as Normas Interpretativas e o Código de Contas.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), antes referidas, em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e respectivas interpretações SIC-IFRIC, sempre que o SNC não contemple aspectos particulares das transacções realizadas e dos fluxos ou das situações em que a empresa se encontre envolvida.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não há disposições do SNC derogadas.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

- a) Durante o exercício de 2013, alterou-se a forma de contabilização dos direitos de autor, emitidos pela Sociedade Portuguesa de Autores, passando, por via de melhor rigor contabilístico, a ser escriturados na rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” em vez da utilização da rubrica “Outros Gastos e Perdas”
- b) Em 2013, conforme justificam e descrevem o Relatório de Gestão e a nota 5. deste Anexo, foi decidido proceder à alteração da política contabilística que vinha sendo usada na escrituração dos valores transferidos pelo Município de Braga para a Empresa através da conta de “Subsídios à Exploração”, passando a serem escriturados através da conta “Prestação de Serviços” (com sujeição a IVA).

Mais foi decidido estabelecer o início desta alteração a partir do ano de 2011 (inclusive), pelo que os respectivos comparativos houveram que ser modificados.

A fim de melhor identificar os efeitos desta alteração:

b.1) formatamos os mapas seguintes:

Descrição	2011	2012
Prestação de serviços - CTB	304.140,00	279.740,00
Prestação de serviços - Atividades CM Braga	148.150,00	152.450,00
Total	452.290,00	432.190,00
IVA	104.026,70	99.403,70



	2011 Aprovado	2011 Alterado	Diferença	2012 Aprovado	2012 Alterado	Diferença
Vendas e serviços prestados	327.565,67	779.855,67	452.290,00	301.602,36	733.792,36	432.190,00
Subsídios à Exploração	1.223.662,13	771.372,13	(452.290,00)	1.092.454,08	660.264,08	(432.190,00)
Fornecimento e serviços externos	(666.687,00)	(680.409,16)	(13.722,16)	(623.579,33)	(633.294,95)	(9.715,62)
Outros gastos e perdas	(30.297,32)	(16.575,16)	13.722,16	(19.332,25)	(9.616,63)	9.715,62
Total	854.243,48	854.243,48	(0,00)	751.144,86	751.144,86	0,00

	2011 Aprovado	2011 Alterado	Diferença	2012 Aprovado	2012 Alterado	Diferença
Outras Contas a Receber	380.576,42	484.603,12	104.026,70	382.187,07	585.617,47	203.430,40
Outras Contas a Pagar	(89.617,12)	(193.643,82)	(104.026,70)	(70.580,24)	(274.010,64)	(203.430,40)
Total	290.959,30	290.959,30	0,00	311.606,83	311.606,83	0,00

b.2) apresentamos as Demonstração de Resultados e os Balanços relativos a 2011, 2012 e 2013, com as alterações reproduzidas:

RENDIMENTOS E GASTOS		Períodos		
		2013	2012	2011
Vendas e serviços prestados	+	739.764,35	733.792,36	779.855,67
Subsídios Entidades Públicas Participantes	+	562.459,97	567.810,00	547.710,00
Subsídios Fundos Comunitários	+	279.422,39	90.005,95	220.821,10
Outros Subsídios	+	9.135,29	2.448,13	2.841,03
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	(1.260,48)	(1.439,76)	(1.000,84)
Fornecimentos e serviços externos	-	(779.250,00)	(633.294,95)	(680.409,16)
Gastos com pessoal	-	(529.606,41)	(467.438,68)	(488.758,73)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	42.004,37	(42.000,00)	(1.050,00)
Provisões (aumentos/reduções)	-/+			(1.374,04)
Outros rendimentos e ganhos	+	18.232,86	59.137,88	18.140,55
Outros gastos e perdas	-	(4.842,08)	(9.616,63)	(16.575,16)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	336.060,26	299.404,30	380.200,42
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	(123.515,49)	(124.256,57)	(122.855,94)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	212.544,77	175.147,73	257.344,48
Juros e gastos similares suportados	-	(13.331,11)	(25.631,87)	(31.424,78)
Resultado antes de impostos	=	199.213,66	149.515,86	225.919,70
Imposto sobre rendimento do período	-/+	(7.601,27)	(3.812,23)	(6.648,53)
Resultado líquido do período	=	191.612,39	145.703,63	219.271,17

cl-h
RP
B.
M.B.
Hsp
Buro
CVR

RUBRICAS	Datas		
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2011
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	1.101.792,09	1.208.625,77	1.314.610,37
Activos intangíveis	1.328,21	2.389,05	2.792,65
Outros activos financeiros	24,50		
Activos por impostos diferidos	925,00	20.338,75	15.900,00
	1.104.069,80	1.231.353,57	1.333.303,02
Activo corrente			
Inventários	3.494,61	3.957,42	4.243,66
Clientes	122.237,51	37.194,43	6.702,20
Estado e outros entes públicos	55.944,40	39.758,96	52.369,59
Outras contas a receber	565.014,12	585.617,47	484.603,12
Diferimentos	2.719,46	3.501,23	6.974,69
Caixa e depósitos bancários	40.460,94	21.321,09	10.570,82
	789.871,04	691.350,60	565.464,08
Total do ACTIVO	1.893.940,84	1.922.704,17	1.898.767,10
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	400.000,00	400.000,00	400.000,00
Outras reservas	1.341,57	952,84	454,35
Resultados transitados	(38.207,74)	(164.736,78)	(379.998,98)
Excedentes de revalorização	478.718,46	469.163,86	468.292,27
Outras variações no capital próprio	53.162,90	61.100,08	69.801,87
Resultado líquido do período	191.612,39	145.703,63	219.271,17
Interesses minoritários			
Total do CAPITAL PRÓPRIO	1.086.627,58	912.183,63	777.820,68
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			7.119,24
Financiamentos obtidos	84.635,93	132.730,58	216.103,76
Passivos por impostos diferidos	31.566,44	50.741,03	54.750,00
	116.202,37	183.471,61	277.973,00
Passivo corrente			
Fornecedores	126.295,73	127.842,68	166.331,51
Estado e outros entes públicos	24.198,27	19.083,24	32.613,56
Financiamentos obtidos	48.585,08	395.497,04	442.243,53
Outras contas a pagar	483.447,99	274.010,64	193.643,82
Diferimentos	8.583,82	10.615,33	8.141,00
	691.110,89	827.048,93	842.973,42
Total do PASSIVO	807.313,26	1.010.520,54	1.120.946,42
Total do CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	1.893.940,84	1.922.704,17	1.898.767,10

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature and several smaller ones.

3. Principais políticas contabilísticas

As presentes demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa de acordo com os princípios contabilísticos e de relato financeiro.

a) Activos Intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das correspondentes amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações de activos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos activos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração de resultados prospectivamente. São calculadas pelo método da linha recta, perspectiva duodecimal, em conformidade com o período de vida útil estimado para os bens, regra geral, de três anos. Não é considerada qualquer quantia residual.

b) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método de custo.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, perspectiva duodecimal, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Edifícios e outras construções	20 a 50
Equipamento básico	3 a 8



Equipamento administrativo	3 a 8
Outros activos fixos tangíveis	8

Cur
R
B
r
F
Qu
G

As vidas úteis e o método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de algumas alterações a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração de resultados para reflectir as novas expectativas de benefícios económicos futuros.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos activos, nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis, são registadas como gasto do período em que incorridos.

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

c) Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizadas reconhecendo os activos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos activos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados de exercício a que respeitam.

d) Custos dos empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

As responsabilidades financeiras para com a banca estão reconhecidas pelas quantias monetárias recebidas, líquidas de reembolsos.

20.10
RJP
B.
VZ
Prop
Quero
OUG

e) Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra reconhecido possa não ser recuperável, será efectuada uma avaliação de imparidade dos activos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra reconhecido for superior à sua quantia recuperável (pelo uso ou pela venda), é reconhecida uma perda por imparidade, reconhecida na demonstração dos resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores será registada quando se concluir que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse reconhecido em exercícios anteriores.

f) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

g) Rédito

O rédito proveniente das vendas apenas é reconhecido quando a quantia do rédito puder ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a empresa e que os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados, todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador e a entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos.

As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que o montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade, é provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a entidade, os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade, a fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

h) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração de resultados da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

i) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

i. Clientes

As dívidas de clientes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda por imparidade e as dívidas de “outros terceiros” ao custo amortizado.

A maioria das vendas é realizada em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

ii. Fornecedores e outras dívidas a terceiros

ca. 12

[Handwritten signatures and initials]

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método de custo amortizado.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

iii. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo amortizado.

j) Periodizações

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o regime do acréscimo (ou da periodização económica). De acordo com este regime as transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são reconhecidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" e "Diferimentos".

k) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período registado na demonstração de resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respectivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

No final de cada período é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including "RCP", "B.", "RBM", "J. P.", "D. S.", and "M. S.".

l) Subsídios e apoios do Estado

Os subsídios do Estado não reembolsáveis relacionados com activos tangíveis depreciables são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subsequentemente, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios do Estado concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado período imputam-se como rendimento desse período.

m) Julgamento e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efectuadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem: vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis; análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e provisões;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

4. Fluxos de caixa

Os valores em caixa e depósitos bancários a 31 de Dezembro eram os seguintes:

Rubrica	2013	2012
Caixa	509,27 €	95,34 €
Depósitos bancários	39.951,67 €	21.225,75 €
Total	40.460,94 €	21.321,09 €

O valor em caixa a 31 de Dezembro de 2013 refere-se a valores recebidos no final do ano e que foram depositados durante o exercício de 2014. Os valores de caixa e depósitos à ordem estão disponíveis para uso.

cc.k
RP
B
ybr
fup
Quio
AB

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Foi alterada, no exercício de 2013, a política contabilística que vinha sendo seguida relativamente à consideração da totalidade das transferências recebidas do Município, ínsitas nos contratos-programa, como subsídios à exploração. Após uma análise mais rigorosa e aturada do destino destes apoios financeiros provenientes do Município, apoiada por entendimento e prática semelhantes de outras empresas do sector público, concluiu-se que parte substancial destes subsídios configura a natureza de prestações de serviços, especialmente o aluguer de espaços e a disponibilização de serviços técnicos.

A esta alteração de política contabilística, materializada formalmente no exercício de 2013 em aberto, foi decidido conceder-lhe o seu início ao exercício de 2011, conformando a Empresa às normas do novo regime do sector empresarial local, estabelecido pela lei nº 50/2012.

Os efeitos da alteração desta política em termos contabilísticos encontram-se evidenciados na nota 2.3. deste Anexo.

6. Partes relacionadas

A entidade é detida a 100% pela Câmara Municipal de Braga.

As remunerações do pessoal chave da gestão foram:

Remunerações do pessoal chave da gestão	Período 2013	Período 2012
Benefícios de curto prazo dos empregados	57.803,59 €	52.295,17 €
Benefícios pós-emprego		
Outros benefícios de longo prazo		
Benefícios por cessação de emprego		
Pagamentos com base em acções		
Totais	57.803,59 €	52.295,17 €

7. Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados de acordo com o modelo do custo, ou seja, são mensurados pelo custo, menos amortizações acumuladas (apenas para activos intangíveis com vida útil finita) e perdas acumuladas por imparidade, se existirem.

As amortizações foram calculadas de acordo com o método da linha recta, perspectiva duodecimal.

ck
RP
B.
vign
Frey
Diana
Gly

Período 2013

Descrição	Projectos de Desenvolvimento	Programas de computador	Outros activos intangíveis	Total
Quantia inicial: vida útil finita	0,00 €	6.795,00 €	0,00 €	6.795,00 €
Quantia inicial: vida útil indefinida	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Amortizações acumuladas iniciais	0,00 €	4.405,95 €	0,00 €	4.405,95 €
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Quantia escriturada líquida inicial	0,00 €	2.389,05 €	0,00 €	2.389,05 €
Adições				
Aquisições	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total das adições	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Diminuições				
Amortizações	0,00 €	1.060,84 €	0,00 €	1.060,84 €
Alienações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total das diminuições	0,00 €	1.060,84 €	0,00 €	1.060,84 €
Quantia escriturada líquida	0,00 €	1.328,21 €	0,00 €	1.328,21 €

Período 2012

Descrição	Projectos de Desenvolvimento	Programas de computador	Outros activos intangíveis	Total
Quantia inicial: vida útil finita	0,00 €	5.305,85 €	0,00 €	5.305,85 €
Quantia inicial: vida útil indefinida	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Amortizações acumuladas iniciais	0,00 €	2.513,20 €	0,00 €	2.513,20 €
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Quantia escriturada líquida inicial	0,00 €	2.792,65 €	0,00 €	2.792,65 €
Adições				
Aquisições	0,00 €	1.489,15 €	0,00 €	1.489,15 €
Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total das adições	0,00 €	1.489,15 €	0,00 €	1.489,15 €
Diminuições				
Amortizações	0,00 €	1.892,75 €	0,00 €	1.892,75 €
Alienações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total das diminuições	0,00 €	1.892,75 €	0,00 €	1.892,75 €
Quantia escriturada líquida	0,00 €	2.389,05 €	0,00 €	2.389,05 €

8. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade, se existirem.

As depreciações foram calculadas de acordo com o método da linha recta, perspectiva duodecimal.

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afectação do desempenho. A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

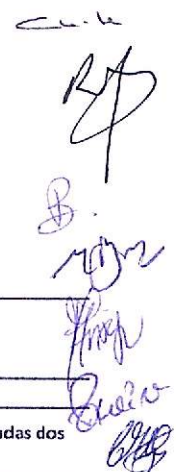
Handwritten signatures and initials in the top right corner.

mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Período 2013							
Descrição	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento				Total
			Básico	Transporte	Administrativo	Outros Activos	
Quantia escriturada bruta inicial	498.797,91 €	792.514,36 €	791.408,20 €		17.646,86 €	25.073,57 €	2.125.440,90 €
Depreciações acumuladas iniciais		301.099,01 €	575.882,21 €		16.296,48 €	23.537,43 €	916.815,13 €
Quantia escriturada líquida inicial	498.797,91 €	491.415,35 €	215.525,99 €		1.350,38 €	1.536,14 €	1.208.625,77 €
Adições							
Aquisições			3.217,53 €		5.766,28 €	6.637,16 €	15.620,97 €
Transferências			-21.604,36 €		21.604,36 €		0,00 €
Outras							
Total das Adições			-18.386,83 €		27.370,64 €	6.637,16 €	15.620,97 €
Diminuições							
Abates							
Alienações							
Depreciações		23.229,60 €	96.351,69 €		1.966,13 €	907,23 €	122.454,65 €
Transferências			-20.241,57 €		20.241,57 €		0,00 €
Perdas por imparidade							
Total das diminuições		23.229,60 €	76.110,12 €		22.207,70 €	907,23 €	122.454,65 €
Quantia escriturada líquida	498.797,91 €	468.185,75 €	121.029,04 €	0,00 €	6.513,32 €	7.266,07 €	1.101.792,09 €

Período 2012							
Descrição	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento				Total
			Básico	Transporte	Administrativo	Outros Activos	
Quantia escriturada bruta inicial	498.797,91 €	792.514,36 €	775.802,40 €	0,00 €	16.873,44 €	25.073,57 €	2.109.061,68 €
Depreciações acumuladas iniciais		277.869,41 €	478.895,07 €		14.710,95 €	22.975,88 €	794.451,31 €
Quantia escriturada líquida inicial	498.797,91 €	514.644,95 €	296.907,33 €	0,00 €	2.162,49 €	2.097,69 €	1.314.610,37 €
Adições							
Aquisições			15.605,80 €		773,42 €		16.379,22 €
Transferências							
Outras							
Total das Adições	0,00 €	0,00 €	15.605,80 €	0,00 €	773,42 €	0,00 €	16.379,22 €
Diminuições							
Abates							
Alienações							
Depreciações		23.229,60 €	96.987,14 €		1.585,53 €	561,55 €	122.363,82 €
Transferências							
Perdas por imparidade							
Total das diminuições	0,00 €	23.229,60 €	96.987,14 €	0,00 €	1.585,53 €	561,55 €	122.363,82 €
Quantia escriturada líquida	498.797,91 €	491.415,35 €	215.525,99 €	0,00 €	1.350,38 €	1.536,14 €	1.208.625,77 €

Na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga e sobre o seu activo imobiliário encontra-se averbada uma hipoteca legal a favor do Instituto da Segurança Social, Centro Distrital de Braga sobre as 3 fracções inscritas no nome da empresa como garantia do pagamento da quantia de contribuições de Outubro de 1995 a Junho de 1996 inclusive e juros vencidos até 31 de Agosto de 2006 num montante máximo de 40.774,41 euros. Em 19 de Junho de 2013 o acórdão transitou em julgado e foi favorável ao Teatro Circo. No início do presente ano a Segurança Social procedeu ao levantamento das hipotecas sobre os imóveis, cujo valor da hipoteca legal está descrito nos seguintes quadros:



Periodo 2013

05

Período 2012

OS

9. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos do Teatro Circo de Braga, EM, SA respeitam a empréstimos obtidos pela entidade junto a instituições de crédito e sociedades financeiras, Millennium BCP, BPI e Crédito Agrícola.

9.1. Empréstimos bancários e descobertos bancários

Os empréstimos obtidos exigíveis ou que se vençam no decurso normal do ciclo operacional da entidade estão evidenciados no passivo corrente, os restantes integram o passivo não corrente.

Descrição	2013	2012
Não Correntes	84.635,93 €	132.730,58 €
Descobertos Bancários	- €	- €
Empréstimos	- €	- €
Locações	84.635,93 €	132.730,58 €
Correntes	48.585,08 €	395.497,04 €
Descobertos Bancários	482,84 €	75.364,49 €
Empréstimos	- €	272.213,09 €
Locações	48.102,24 €	47.919,46 €
Total	133.221,01 €	528.227,62 €

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

9.2. Locações

A entidade Teatro Circo de Braga, EM, SA celebrou em 07/10/2006 um contrato de locação financeira de Equipamento de Som ao qual foi atribuída vida útil de 7/8 anos. A quantia escriturada líquida à data do balanço, é a seguinte:

Activo Fixo Tangível	Valor de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Equipamento de Som	449.245,32 €	418.381,59 €	30.863,73 €
Total	449.245,32 €	418.381,59 €	30.863,73 €

O total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos é o seguinte:

Descrição	2014	> 1 ano e < 3 anos	> 3 anos	Total
Millennium BCP - Equipamento de Som	48.102,24 €	84.635,93 €	- €	132.738,17 €
Total	48.102,24 €	84.635,93 €	- €	132.738,17 €

10. Inventários

As mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando o custo médio como fórmula de custeio e o sistema de inventário intermitente.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os inventários da entidade repartem-se da seguinte forma:

Descrição	2013			2012		
	Mercadorias	Matérias Primas	Total	Mercadorias	Matérias Primas	Total
Inventários Iniciais	3.957,42 €	- €	3.957,42 €	4.243,66 €	- €	4.243,66 €
Compras	1.252,10 €	- €	1.252,10 €	1.153,52 €	- €	1.153,52 €
Reclassificação e regularização de inventários	-454,43 €	- €	-454,43 €	- €	- €	- €
Inventários finais	3.494,61 €	- €	3.494,61 €	3.957,42 €	- €	3.957,42 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	1.260,48 €	- €	1.260,48 €	1.439,76 €	- €	1.439,76 €

O valor em stock no final do ano diz respeito a artigos de merchandising e mercadoria existente no bar da sala de espectáculos.

11. Subsídios

Os subsídios relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis não reembolsáveis são inicialmente contabilizados no capital próprio. Subsequentemente, os subsídios relacionados com activos depreciables ou amortizáveis são imputados numa base sistemática como rendimentos durante a vida útil do activo, de forma a balancear os gastos de depreciação/amortização.

Os subsídios à exploração são aqueles que se destinam a compensar gastos incorridos na exploração. Actualmente, a entidade tem um subsídio ao investimento no âmbito do Programa Operacional Regional Norte ON2. Tem também diversos subsídios à exploração no âmbito do Programa Operacional Regional Norte ON2, outros decorrentes de um contrato programa com o Município de Braga e um outro no âmbito do Programa de Estágios do IEFP.

Os contratos dos subsídios existentes são os que a seguir se discriminam:



Relação dos Subsídios Obtidos			Medida de Incentivo		Período de concessão		Quantias concedidas		
				Medida			Já recebidas	Por receber	Totais
Não reembolsáveis	subsídios relacionados com activos	Regeneração Urbana - Equip Cinema	Eixo prioritário IV - Qualificação do Sistema Urbano	Programa Operacional Regional do Norte - ON2	Aquisição de equipamento para a projecção de cinema no Theatro Circo	Subsídio a fundo perdido de 85% do valor elegível contra apresentação dos documentos de despesas	07/12/2010	31/12/2010	
	...	...	...	...	...	...	106.542,32 €	12.616,85 €	119.159,17 €
	Subtotal	...	...	...	...	...	106.542,32 €	12.616,85 €	119.159,17 €
Não reembolsáveis	subsidios à exploração	Regeneração Urbana - Musa	Eixo prioritário IV - Qualificação do Sistema Urbano	Programa Operacional Regional do Norte - ON2	Criação e programação no feminino	Subsídio a fundo perdido de 85% do valor elegível contra apresentação dos documentos de despesas	07/12/2010	30/04/2013	
	...	...	...	...	...	...	203.147,18 €	39.346,02 €	242.493,20 €
	Acto 5	Quadrilátero - Prog. Rede	Eixo prioritário III - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial	Programa Operacional Regional do Norte - ON2	Programação em rede	Subsídio a fundo perdido de 85% do valor elegível contra apresentação dos documentos de despesas	15/07/2010	31/12/2011	
	...	...	...	...	...	...	101.027,17 €	0,00 €	101.027,17 €
	Quadrilátero - Prog. Rede	...	Eixo prioritário III - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial	Programa Operacional Regional do Norte - ON2	Programação em rede	Subsídio a fundo perdido de 85% do valor elegível contra apresentação dos documentos de despesas	03/01/2011	31/07/2012	
	...	...	...	...	...	...	76.526,79 €	-8.055,45 €	68.471,34 €
Não reembolsáveis	subsidios à exploração	Culturbús	Eixo prioritário III - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial	Programa Operacional Regional do Norte - ON2	Programação em rede	Subsídio a fundo perdido de 85% do valor elegível contra apresentação dos documentos de despesas	07/07/2011	31/12/2012	
	...	...	...	...	...	...	81.508,56 €	48.888,28 €	130.396,84 €
	Odisseia	...	Eixo prioritário II - Valorização Económica de Recursos Específicos	Programa Operacional Regional do Norte - ON2	Projecto em rede de investigação, formação, criação, mediação e apoio à criatividade	Subsídio a fundo perdido de 85% do valor elegível contra apresentação dos documentos de despesas	19/11/2010	30/06/2012	
	...	...	...	...	...	...	58.518,05 €	0,00 €	58.518,05 €
	Acto 5 - 2011/2013	Quadrilátero Cultural	Eixo prioritário III - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial	Programa Operacional Regional do Norte - ON2	Programação em rede	Subsídio a fundo perdido de 85% do valor elegível contra apresentação dos documentos de despesas	08/07/2011	30/03/2014	
	...	...	...	...	...	...	95.321,88 €	92.470,92 €	187.792,80 €
Reembolsáveis	...	...	Eixo prioritário IV - Qualificação do Sistema Urbano	Programa Operacional Regional do Norte - ON2	Promoção de operações para a excelência urbana e de redes para a competitividade e	Subsídio a fundo perdido de 85% do valor elegível contra apresentação dos documentos de despesas	16/09/2011	30/08/2013	
	...	...	...	...	...	...	5.431,50 €	1.462,00 €	6.893,50 €
	...	...	...	...	...	...	7.981,32 €	8.747,23 €	16.728,55 €
Reembolsáveis	...	...	Programas Estágios	IEFP	Estágio profissional em contexto de trabalho	Subsídio a fundo perdido de 78% do encargo com o estágio	01/01/2013	31/12/2013	
	...	...	...	...	...	...	562.459,97 €	0,00 €	562.459,97 €
	Contrato programa	...	...	Município de Braga	...	...	1.191.922,42 €	182.859,01 €	1.374.781,43 €
Subtotal							0,00 €	0,00 €	0,00 €
...							1.298.464,74 €	195.475,86 €	1.493.940,60 €
Subtotal							0,00 €	0,00 €	0,00 €
Totais							1.298.464,74 €	195.475,86 €	1.493.940,60 €

17
Raf
Raf
Raf
Raf

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os subsídios imputados são os que a seguir se discriminam:

Descrição	2013	2012
Subsídios ao Investimento	17.557,17 €	18.848,53 €
Programa Operacional ON2 - QREN	17.557,17 €	18.848,53 €
Subsídios à Exploração	851.017,65 €	660.264,08 €
Subsídios de EEP - Município de Braga	562.459,97 €	567.810,00 €
Programa Operacional ON2 - QREN	279.422,39 €	90.005,95 €
Instituto de Emprego - Estágios	9.135,29 €	2.448,13 €
Total	868.574,82 €	679.112,61 €

12. Provisões

Provisões	Impostos	Garantias a clientes	Processos judiciais em curso	Acidentes de trabalho e doenças profissionais	Matérias ambientais	Contratos onerosos	Reestruturação	Outras provisões	Totais
Acumuladas em 01.01.2012	7.119,24 €								7.119,24 €
Aumentos									
Por reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores									- €
Por novas provisões									- €
Reduções									
Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisionadas									- €
Quantias revertidas no período	- 7.119,24 €								- 7.119,24 €
Variações decorrentes do desconto para o valor presente									
Aumentos nas quantias descontadas provenientes da passagem do tempo									- €
Efeito de alterações na taxa de desconto para o valor presente									- €
Acumuladas em 31.12.2012 (01.01.2013)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Aumentos									
Por reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores									- €
Por novas provisões	- €								- €
Reduções									
Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisionadas									- €
Quantias revertidas no período	- €								- €
Variações decorrentes do desconto para o valor presente									
Aumentos nas quantias descontadas provenientes da passagem do tempo									- €
Efeito de alterações na taxa de desconto para o valor presente									- €
Acumuladas em 31.12.2013	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €

13. Acontecimentos após a data do balanço

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 09 de Maio de 2014.

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

14. Imposto sobre o rendimento

Quantias dos principais componentes de [gasto]/rendimento de impostos		Período 2013			Período 2012		
		Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	Totais	Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	Totais
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores	1	0			0		
Imposto corrente	2	-7.362,11 €		-7.362,11 €	-12.259,95 €		-12.259,95 €
De diferenças temporárias		-9.514,51 €		-9.514,51 €	8.447,72 €		8.447,72 €
De alterações nas taxas de tributação ou de novos impostos		13.250,35 €		13.250,35 €			0,00 €
De alterações nas políticas contabilísticas e nos erros não contabilizados retrospectivamente				0,00 €			0,00 €
Da (redução)/reversão de uma diminuição anterior de activos por impostos diferidos		-3.975,00 €		-3.975,00 €			0,00 €
Benefícios de perdas fiscais não reconhecidas anteriormente, de créditos por impostos ou de diferenças temporárias de um período anterior				0,00 €			0,00 €
Usados para reduzir gastos de impostos correntes				0,00 €			0,00 €
Usadas para reduzir gastos de impostos diferidos				0,00 €			0,00 €
Imposto diferido	3	-239,16 €	0,00 €	-239,16 €	8.447,72 €	0,00 €	8.447,72 €
Imposto sobre o rendimento do período	4 = 2 + 3	-7.601,27 €	0,00 €	-7.601,27 €	-3.812,23 €	0,00 €	-3.812,23 €
Totais	5 = 1 + 4	-7.601,27 €	0,00 €	-7.601,27 €	-3.812,23 €	0,00 €	-3.812,23 €

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos				Período 2013			Período 2012		
				Base	Imposto		Base	Taxa	Imposto
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)	Resultado líquido do período	Gastos/(rendimentos) de impostos	Resultado antes de impostos	1	-	191.612,39 €	145.703,63 €		
				2	-	7.601,27 €	3.812,23 €		
				3 = 1 + 2	3	199.213,66 €	25,00%	49.803,42 €	149.515,86 €
Ajustamentos para o lucro tributável	Diferenças definitivas	A acrescentar	4		879,12 €	25,00%	219,78 €	4.178,96 €	25,00%
		A deduzir	5		-45.816,32 €	25,00%	-11.454,08 €	-46.140,50 €	25,00%
	Diferenças temporárias	A acrescentar	6		3.291,35 €	25,00%	822,84 €	40.041,35 €	25,00%
		A deduzir	7		-36.750,00 €	25,00%	-9.187,50 €		
Lucro/(Prejuízo fiscal)			8 = 3 + 4 - 5 + 6 - 7		120.817,81 €	25,00%	30.204,45 €	147.595,67 €	25,00%
Dedução de perdas fiscais			9		-90.613,36 €	25,00%	-22.653,34 €	-110.696,75 €	25,00%
Materia colectável / colecta			10 = 8 - 9		30.204,45 €	25,00%	7.551,11 €	36.898,92 €	25,00%
Benefícios fiscais por dedução à colecta			11		-2.791,03 €	100,00%	-2.791,03 €		
Outras componentes do imposto	Tributação autónoma		12		8.676,32 €	9,10%	789,75 €	8.728,08 €	9,80%
	Derrama		12		120.817,81 €	1,50%	1.812,27 €	147.595,67 €	1,50%
Imposto corrente			3	13 = 10 - 11 + 12	199.213,66 €	3,70%	7.362,10 €	149.515,86 €	8,20%
Imposto diferido			14	Δ dos activos e dos passivos diferidos	239,16 €	100,00%	239,16 €	-8.447,72 €	100,00%
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores			15						
Gastos/(rendimentos) de impostos e taxa efectiva média			3	16 = 13 - 14 - 15	199.213,66 €	3,82%	7.601,26 €	149.515,86 €	2,55%



Quero
Café

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

valores transferidos pelo Município de Braga para a Empresa através da conta de “Subsídios à Exploração”, passando a ser escriturados através da conta “Prestação de Serviços” (com sujeição a IVA). Esta alteração tem como consequência o pagamento de Iva no valor de 304.064,60€, o qual está contemplado na conta “outras contas a pagar” e que se descremina no seguinte quadro:

Descrição	2011	2012	2013	Total
IVA	104.026,70	99.403,70	100.634,20	304.064,60

De igual forma, a referida quantia encontra-se contemplada na conta “outras contas a receber”, a qual será solicitada à Câmara Municipal de Braga.

15.2. Categoria das acções emitidas

Categorias das acções emitidas	Quantidade de acções					Valor nominal das acções				
	Acções emitidas			Acções próprias	Acções detidas por subsidiárias ou associadas	Acções emitidas			Acções próprias	Acções detidas por subsidiárias ou associadas
	Inteiramente pagas	Não pagas	Totais			Inteiramente pagas	Não pagas	Totais		
31.12.2013	80.000,00	20.000,00	100.000,00	0,00	0,00	400.000,00 €	100.000,00 €	500.000,00 €	0,00	0,00
Totais	80.000,00	20.000,00	100.000,00	0,00	0,00	400.000,00 €	100.000,00 €	500.000,00 €	0,00	0,00
31.12.2012	80.000,00	20.000,00	100.000,00	0,00	0,00	400.000,00 €	100.000,00 €	500.000,00 €	0,00	0,00
Totais	80.000,00	20.000,00	100.000,00	0,00	0,00	400.000,00 €	100.000,00 €	500.000,00 €	0,00	0,00

15.3. Maturidade por classes de instrumentos financeiros

Maturidades por classes de instrumentos financeiros		31.12.2013					31.12.2012				
		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Perdas por Imparidade Acumuladas	Totais	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Perdas por Imparidade Acumuladas	Totais
Activos financeiros	Clientes	77.977,51 €	44.260,00 €	- €	- €	122.237,51 €	79.194,43 €	1.050,00 €	- €	43.050,00 €	37.194,43 €
	Estado e outros entes públicos	55.944,40 €	- €	- €	- €	55.944,40 €	39.758,96 €	- €	- €	- €	39.758,96 €
	Outras contas a receber	565.014,12 €	- €	- €	- €	565.014,12 €	585.617,47 €	- €	- €	- €	585.617,47 €
	Totais	698.936,03 €	44.260,00 €	- €	- €	743.196,03 €	704.570,86 €	1.050,00 €	- €	43.050,00 €	662.570,86 €
Passivos financeiros	Financiamentos obtidos	48.585,08 €	84.635,93 €	- €	- €	133.221,01 €	395.497,04 €	132.730,58 €	- €	- €	528.227,62 €
	Fornecedores	126.295,73 €	- €	- €	- €	126.295,73 €	127.842,68 €	- €	- €	- €	127.842,68 €
	Estado e outros entes públicos	24.198,27 €	- €	- €	- €	24.198,27 €	19.083,24 €	- €	- €	- €	19.083,24 €
	Outras contas a pagar	483.447,99 €	- €	- €	- €	483.447,99 €	274.010,64 €	- €	- €	- €	274.010,64 €
Totais		682.527,07 €	84.635,93 €	- €	- €	767.163,00 €	816.433,60 €	132.730,58 €	- €	- €	949.164,18 €

C. L. H.
 RP
 B.
 R. B.
 J. P.
 J. P.
 J. P.

16. Benefícios de empregados

Recursos humanos	2013	2012
Número de trabalhadores no final do período	24	23
Número médio de trabalhadores ao longo do período	24	23
Gastos com o pessoal	529.606,41 €	467.438,68 €
Gastos médios por trabalhador	22.066,93 €	20.323,42 €

17. Outras Informações

17.1. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte decomposição:

Rubrica	2013	2012
	Corrente	Corrente
Activos	55.944,40 €	39.758,96 €
Imposto sobre o rendimento	1.421,09 €	- €
Imposto sobre o valor acrescentado	54.523,31 €	39.758,96 €
Passivos	24.198,27 €	19.083,24 €
Imposto sobre o rendimento	- €	3.932,39 €
Retenção de impostos sobre rendimentos	10.224,40 €	4.203,70 €
Imposto sobre o valor acrescentado	- €	- €
Contribuições para a segurança social	13.317,14 €	10.290,42 €
Tributos das autarquias locais	656,73 €	656,73 €
Total	31.746,13 €	20.675,72 €

17.2. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a rubrica Diferimentos apresentava os seguintes saldos:

ca-h
Ry
B
Ry
F
B
B

Rubrica	2013		2012	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Activos				
Gastos a reconhecer				
- Seguros	1.556,32 €		1.534,57 €	
- Outros	1.163,14 €		1.962,51 €	
- Juros de leasing	- €		4,15 €	
Passivos				
Rendimentos a reconhecer				
- Bilheteiras	1.192,81 €		7.448,75 €	
- Camarotes	- €		- €	
- Rendas e alugueres	- €		- €	
- Subsídios à exploração	7.391,01 €		3.166,58 €	
Total	- 5.864,36 €	- €	- 7.114,10 €	- €

17.3. Rédito

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- A entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a entidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados;

O rédito associado com uma transacção que envolva a prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço e quando o desfecho da transacção possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transacção pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios da transacção à data do balanço fluam para a entidade;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiavelmente mensurados.

CG. k
RP
S. N. B.
J. M. J.
D. S. N.
M. J.

As fases de acabamento das transacções que envolvam a prestação de serviços são determinadas pelo método dos serviços executados até à data, expressos como uma percentagem do total dos serviços a serem executados.

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2013			Período 2012		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens	2.497,37 €	0,34%	-18,97%	3.082,22 €	0,42%	60,09%
Prestação de serviços	737.266,98 €	99,66%	0,90%	730.710,14 €	99,58%	-6,07%
Juros		0,00%			0,00%	
Royalties		0,00%			0,00%	
Dividendos		0,00%			0,00%	
Totais	739.764,35 €	100,00%	0,81%	733.792,36 €	100%	-5,91%

17.4. Fornecimento e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos da entidade resumem-se de acordo com a seguinte discriminação:

Rubrica	2013	2012
Subcontratos	- €	- €
Serviços Especializados	627.599,75 €	510.833,83 €
Materiais	13.859,82 €	9.049,58 €
Energia e Fluidos	62.143,79 €	59.506,23 €
Deslocações e Estadas	46.457,02 €	32.658,56 €
Serviços Diversos	29.189,62 €	21.246,75 €
Total	779.250,00 €	633.294,95 €

17.5. Gastos com pessoal

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Rubrica	2013	2012
Remunerações dos órgãos sociais	57.803,59 €	52.295,17 €
Encargos s/ remunerações órgãos sociais	13.302,63 €	10.405,51 €
Outros gastos	- €	- €
Remunerações do pessoal	364.592,94 €	322.259,99 €
Encargos s/ remunerações do pessoal	81.782,07 €	72.174,37 €
Outros gastos	12.125,18 €	10.303,64 €
Total	529.606,41 €	467.438,68 €

A rubrica "outros gastos" inclui gastos com medicina no trabalho, formação, seguros de saúde e seguros de acidentes de trabalho.

CLH
RP
S.
Rfon
Pisy
Bucaro
OM

17.6. Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, apresentavam-se as seguintes montantes referentes aos outros rendimentos e ganhos:

Rubrica	2013	2012
Rendimentos suplementares	- €	- €
Descontos de pronto pagamento obtidos	- €	- €
Recuperação de dívidas a receber	- €	- €
Ganhos em inventários	- €	- €
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	- €	- €
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	- €	- €
Outros	18.232,86 €	59.137,88 €
Total	18.232,86 €	59.137,88 €

Os montantes relevados em “outros” dizem respeito à participações das amortizações relacionadas com subsídios ao investimento no montante de 17.557,17€ e correcções de exercícios anteriores no valor de 675,69€.

17.7. Outros gastos e perdas

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, apresentavam-se as seguintes montantes referentes aos outros gastos e perdas:

Rubrica	2013	2012
Impostos	3.511,96 €	5.077,94 €
Descontos de pronto pagamento concedidos	- €	- €
Dívidas incobráveis	- €	- €
Perdas em inventários	- €	- €
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	- €	- €
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	- €	- €
Outros	1.330,12 €	4.538,69 €
Total	4.842,08 €	9.616,63 €

17.8. Gastos e perdas de financiamento

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, apresentavam-se as seguintes montantes referentes aos gastos e perdas de financiamento:

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Rubrica	2013	2012
Juros suportados	11.195,51 €	20.766,53 €
Diferenças de câmbio desfavoráveis	- €	- €
Outros gastos e perdas de financiamento	2.135,60 €	4.865,34 €
Total	13.331,11 €	25.631,87 €

17.9. Informações exigidas por diplomas legais

A administração informa que a entidade não apresenta dívidas ao Estado e Segurança Social em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro e do Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro.

Nos termos do art.º 66 A do Código das Sociedades Comerciais informamos também que os honorários facturados pelos revisores oficiais de contas no período de 2013 e 2012, foram os seguintes montantes:

Rubrica	2013	2012
Revisão legal de contas	13.284,00 €	13.284,00 €
Serviços de garantia de viabilidade	- €	- €
Consultoria fiscal	- €	- €
Total	13.284,00 €	13.284,00 €

17.10. Outras Informações Adicionais

Encontram-se a correr dois processos crime (cujas referências são Processo n.º 13/11.7TABRG e Processo n.º 13/11.7TABRG-A) sendo que em nenhum destes processos a pessoa colectiva Teatro Circo de Braga, EM, S.A. é parte pois os arguidos visados são outros. Estes processos estão relacionados com um acidente de um espectador que ocorreu no Teatro Circo, mas poderão implicar, eventualmente, encargos no futuro para a sociedade.

Braga, 09 de Maio de 2014

A Administração

Handwritten signature of the Administration.

O Técnico Oficial de Contas

Handwritten signature of the Technical Official of Accounts.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
TEATRO CIRCO DE BRAGA, EM, SA

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de **TEATRO CIRCO DE BRAGA, EM, SA**, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total do activo de 1.893.940,84 Euros e um total de capital próprio de 1.086.627,58 Euros, incluindo um resultado líquido de 191.612,39 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

• a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

. a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

. a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e

. a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **TEATRO CIRCO DE BRAGA, EM, SA**, em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos 7. e 8. anteriores, chamamos a atenção para o seguinte:
 - 9.1. Conforme expõem o Relatório do Conselho de Administração (págs 4 e 20) e o Anexo (notas 2.3. e 5.), o Teatro Circo, no exercício de 2013, alterou a política contabilística que vinha utilizando na escrituração das transferências financeiras recebidas do Município de Braga, com efeitos a partir do ano de 2011, inclusive, acomodando-se às normas promanadas da Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto (regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais) e dotando de maior compreensibilidade a análise dos apoios financeiros públicos obtidos. Concordamos com esta alteração.

9.2. Conforme revela a nota 17.10 do Anexo, encontram-se a decorrer em Tribunal dois processos relacionados com um acidente ocorrido no Teatro Circo com um espectador. Ainda que o Teatro Circo não seja parte nos processos, poderão sobrevir, eventualmente, no futuro, encargos para a sociedade, que, a ocorrerem, são, no momento, de impossível estimação.

Braga, 12 de Maio de 2014



Isabel Mota & Maximino Mota, SROC,

representada por Glória Isabel Vaz Afonso Domingues Mota,

Revisora Oficial de Contas nº 1310

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhor Accionista:

Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, os documentos de prestação de contas e as propostas apresentados pela Administração do **Teatro Circo de Braga, EM, SA**, referentes ao período findo de 2013.

1. Acompanhámos, durante o exercício, a evolução da actividade e dos negócios da Empresa, contactando com o Conselho de Administração e os Serviços, dos quais sempre obtivemos os esclarecimentos considerados necessários nas circunstâncias.
2. Verificámos o cumprimento da legislação aplicável, dos estatutos em vigor e a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe serviram de suporte e registámos: (a) que subsiste a omissão, nos actos externos, da referência ao capital realizado, exigível quando este difere do capital social (artº 171º, nº 2, do Código das Sociedades Comerciais); (b) que se encontra por elaborar o Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas, recomendado pelo Conselho de Prevenção de Corrupção, em 22 de Julho de 2009, no Diário da República, II Série, nº 140.
3. Procedemos à verificação dos valores patrimoniais da Empresa.
4. Emitimos, em 27 de Março de 2013, o parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para 2013, e em 18 de Dezembro de 2013, o parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para 2014. Emitimos, em 20 de Dezembro de 2013, o parecer prévio sobre o contrato-programa a celebrar para o período de 2014.

Elaborámos, em 7 de Outubro de 2013, a Informação sobre a situação económica e financeira intercalar da Empresa.

5. Apreciamos o Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas apresentados pela Administração, bem como a Certificação Legal das Contas que aqui damos por reproduzida.
6. Face ao exposto, é nossa convicção que os documentos de prestação de contas apresentados, o correspondente Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele contido, satisfazem os requisitos legais e estatutários e deverão ser aprovados pela Assembleia Geral.

Desejamos, ainda, expressar o nosso apreço pelo apoio recebido do Conselho de Administração e dos Serviços para o desempenho da nossa missão.

Braga, 12 de Maio de 2014

O Fiscal Único



Isabel Mota & Maximino Mota, SROC

representada por Glória Isabel Vaz Afonso Domingues Mota

Revisora Oficial de Contas nº 1310

AVISO CONVOCATÓRIO

Convoca-se o accionista do Teatro Circo de Braga, EM, SA para reunir em Assembleia Geral Ordinária, na sua sede social sita na Avenida da Liberdade, 697, em Braga, no próximo dia 29 de Maio de 2014, pelas 18:00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Deliberar sobre o relatório de gestão, balanço e contas relativos ao exercício de 2013;
2. Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício;
3. Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.

Braga, 20 de Maio de 2014

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



Miguel Sopas Melo Bandeira